

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO
TRABALHADOR

LUANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO DE INDÍGENAS VENEZUELANOS DE ETNIA *WARAO* PARA O BRASIL:
DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AÇÕES
EM UBERLÂNDIA/MG**

UBERLÂNDIA

2026

LUANA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO DE INDÍGENAS VENEZUELANOS DE ETNIA *WARAO* PARA O
BRASIL: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E
AÇÕES EM UBERLÂNDIA/MG**

Trabalho equivalente à dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva (PPGSAT), como requisito obrigatório para a obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Saúde do Trabalhador

Orientadora: Profa. Dra. Vivianne Peixoto da Silva.

UBERLÂNDIA

2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48 2026	Oliveira, Luana Gonçalves de, 1981- MIGRAÇÃO DE INDÍGENAS VENEZUELANOS DE ETNIA WARAO PARA O BRASIL: DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE E AÇÕES EM UBERLÂNDIA/MG [recurso eletrônico] / Luana Gonçalves de Oliveira. - 2026. Orientadora: Dra. Vivianne Peixoto da Silva. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Modo de acesso: Internet. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.392 Inclui bibliografia. 1. Geografia médica. I. Silva, Dra. Vivianne Peixoto da, 1978-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. III. Título. CDU: 910.1:61
-------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional PPGSAT				
Data:	26/06/2026	Hora de início:	09h:12	Hora de encerramento:	12h
Matrícula do Discente:	12412GST013				
Nome do Discente:	Luana Gonçalves de Oliveira				
Título do Trabalho:	Migração de indígenas venezuelanos de etnia Warao para o Brasil: desafios das políticas públicas, organização da sociedade e ações em Uberlândia/MG				
Área de concentração:	Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador				
Linha de pesquisa:	Saúde do Trabalhador				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Migração, Saúde e Trabalho				

Reuniu-se em web conferência, em conformidade com a PORTARIA Nº 36, DE 19 DE MARÇO DE 2020 da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, assim composta: Professores(as) Doutores(as):

Nome completo	Departamento/Faculdade de origem
Patrícia Ribeiro Marcacine	INCIS/UFTM
Rosimar Alves Querino	UFTM
Vivianne Peixoto da Silva (orientadora)	IGESC/UFU

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Vivianne Peixoto da Silva apresentou a Comissão Examinadora a candidata, agradeceu a presença do público e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidata:

APROVADA

Obs: A banca aprovou a aluna "com louvor" pela qualidade do trabalho apresentado e da pesquisa realizada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Vivianne Peixoto da Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 06/07/2026, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROSIMAR ALVES QUERINO, Usuário Externo**, em 07/07/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Ribeiro Marcacine, Usuário Externo**, em 17/07/2026, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7452811** e o código CRC **03CF922E**.

Referência: Processo nº 23117.043933/2026-27

Ao povo *Warao*, que atravessa fronteiras sem renunciar à sua identidade, dedico este trabalho com respeito e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é a memória do coração. Ao concluir esta importante etapa da minha trajetória acadêmica e profissional, reconheço que este trabalho não é fruto de um esforço solitário. Ele foi construído e sustentado pelo amor, pela fé, pela amizade e pelo apoio daqueles que caminharam comigo, mesmo nos momentos mais difíceis.

Inicialmente, agradeço à minha fé diária, expressa na recitação do mantra Nam-myoho-rengue-kyo, do Budismo de Nitiren Daishonin. Foi nela que encontrei força, serenidade e equilíbrio quando os caminhos pareciam incertos e as dificuldades insistiam em se fazer presentes. Que eu jamais me esqueça de que, mesmo nas tempestades, existe em cada ser humano a capacidade de transformar sofrimento em sabedoria, coragem e esperança.

À minha mãe, Sueli, minha primeira e mais importante professora da vida, agradeço pelo dom da existência e pelos inúmeros ensinamentos transmitidos pelo exemplo. Mulher que foi necessário ser forte, batalhadora e generosa, que sempre acreditou no poder transformador da educação e jamais permitiu que eu desistisse dos meus sonhos. Obrigada por caminhar ao meu lado, oferecendo amor incondicional, incentivo e apoio em cada etapa desta jornada. Tudo o que sou carrega, em grande medida, a marca da sua dedicação.

Ao meu marido, Flávio, minha eterna gratidão pelo companheirismo, pela parceria e pela compreensão. Obrigada por nunca medir esforços para me apoiar, dividir responsabilidades, acolher minhas angústias e celebrar cada pequena conquista. Seu amor e sua presença tornaram esta caminhada mais leve e possível.

Às minhas amadas filhas, Sofia e Maisa, agradeço pelo amor mais puro que já conheci. Obrigada por compreenderem, mesmo tão pequenas, que a mamãe precisou abdicar de momentos preciosos ao lado de vocês para também perseguir os próprios sonhos. Que esta trajetória lhes ensine que é possível sonhar, persistir e construir caminhos com coragem e dignidade. Vocês são minha maior motivação, meu porto seguro e a razão pela qual busco ser melhor a cada dia.

À tia Marta e à minha sogra, Maria Júlia, profunda gratidão pelo cuidado, afeto e apoio indispensáveis para que este sonho se tornasse possível.

À minha orientadora, Prof^a Dra. Vivianne Peixoto da Silva, expresse meu sincero reconhecimento e admiração. Obrigada por sua orientação firme e, ao mesmo tempo, acolhedora; pela competência, pela paciência e pela sensibilidade. Mesmo diante de suas próprias lutas pessoais, soube conduzir este processo com humanidade, compreendendo minhas ansiedades e incentivando meu

crescimento acadêmico e pessoal. Sua contribuição ultrapassa os limites desta pesquisa e permanecerá como inspiração em minha trajetória profissional.

Às professoras Dra. Patrícia Ribeiro Marcacine e Dra. Rosimár Alves Querino, agradeço pela disponibilidade, pelas valiosas contribuições e por acompanharem os momentos de avaliação com tamanha competência, profissionalismo e compromisso ético com os seres humanos. Suas observações qualificaram este trabalho e ampliaram meu olhar enquanto pesquisadora.

Às companheiras de jornada e àquelas que vieram antes de mim, especialmente Ana Rosa e Correia, agradeço pela generosidade em compartilhar conhecimentos, esclarecer dúvidas e oferecer orientações valiosas. Suas palavras de incentivo e experiências tornaram esta caminhada acadêmica mais humana, confiante e possível.

Aos meus colegas de trabalho, agradeço pelo apoio e compreensão ao longo desta trajetória. Em especial, à minha coordenadora, Isadora, pela sensibilidade diante dos ajustes necessários em meus horários de trabalho, tornando possível conciliar os compromissos profissionais e acadêmicos. Seu apoio foi essencial para que esta caminhada se tornasse mais leve e viável.

Agradeço, ainda, a todos os atores sociais, instituições e órgãos que contribuíram para a realização desta pesquisa. Em especial, aos profissionais que, em seus diferentes espaços de atuação, dedicam-se à defesa dos direitos humanos e à construção de respostas mais justas e sensíveis às populações em situação de vulnerabilidade. Sem a colaboração, a disponibilidade e o compartilhamento de experiências, este estudo não teria sido possível.

Aos meus familiares e amigos, agradeço pelo carinho, incentivo e compreensão diante das ausências. À minha família, dedico um reconhecimento especial: os tempos vividos por vocês foram mais difíceis, e o acesso aos estudos nem sempre foi uma possibilidade. Foi a força, o trabalho e os sacrifícios das gerações que vieram antes de mim que abriram caminhos para que eu me tornasse a primeira pessoa da família a concluir um curso de graduação e um mestrado. Esta conquista é coletiva e também pertence a vocês.

Por fim, agradeço ao povo *Warao*. Ao permitir que suas trajetórias, desafios, resistências e saberes atravessassem esta pesquisa, ensinaram-me importantes lições sobre coletividade e humanidade. Que este trabalho possa contribuir, ainda que modestamente, para o fortalecimento de políticas públicas mais sensíveis às diferenças culturais e comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social.

“Quem me dera, ao menos uma vez,
Acreditar por um instante em tudo que existe.
Acreditar que o mundo é perfeito
E que todas as pessoas são felizes.”
Índios, Renato Russo (Legião Urbana, 1986)

RESUMO

A migração dos indígenas venezuelanos da etnia *Warao* para o Brasil intensificou-se a partir de 2014 em decorrência de crises socioeconômicas, políticas e ambientais em seu território de origem, configurando importantes desafios para as políticas públicas e para a garantia de direitos dessa população. Esta pesquisa teve como objetivo localizar os indígenas venezuelanos da etnia *Warao* no Brasil, bem como as ações realizadas intersetorialmente pelos Grupos de Trabalho *Warao* e os desafios encontrados. Trata-se de uma pesquisa de métodos mistos, composta por análise de dados secundários de domínio público sobre a população indígena venezuelana *Warao* no Brasil, obtidos junto ao ACNUR e à OIM, e por estudo qualitativo exploratório-descritivo realizado em Uberlândia, Minas Gerais. Participaram seis atores sociais vinculados a instituições públicas e privadas que atuaram junto à população *Warao*, selecionados por amostragem em cadeia (Snowball). Os dados foram coletados por entrevistas semiestruturadas e analisados por meio da Análise Temática de Conteúdo. Deste trabalho equivalente à dissertação resultaram dois artigos científicos. O primeiro buscou analisar dados secundários de domínio público, em nível nacional, sobre o quantitativo de indígenas venezuelanos da etnia *Warao* no país, sua distribuição geolocalizada e os registros da atuação intersetorial de grupos de trabalho voltados a essa população. A coleta de dados referiu-se ao período de 2014 a 2024, obtidos em bases da Agência da ONU para Refugiados e da Organização Internacional para as Migrações. Os resultados evidenciaram que a população *Warao* passou de aproximadamente 30 pessoas registradas em 2014 para mais de 8.000 indivíduos distribuídos em todos os estados brasileiros em um período de dez anos. O segundo artigo teve como objetivo compreender a visão dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas frente às características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas venezuelanos da etnia *Warao* residentes em Uberlândia-MG. Os resultados evidenciaram a relevância da articulação intersetorial para o enfrentamento de demandas relacionadas à moradia, alimentação, educação, geração de renda e acesso a direitos. Entretanto, persistem limitações decorrentes da insuficiência e da desatualização dos dados oficiais, além de desafios relacionados às barreiras linguísticas e culturais, à obtenção de documentação, ao acesso aos serviços públicos e às tensões entre os dispositivos institucionais de proteção social e os modos de vida *Warao*. Conclui-se que o fortalecimento das redes intersetoriais, a qualificação permanente dos profissionais e a formulação de políticas públicas culturalmente sensíveis são fundamentais para a promoção da equidade, da inclusão social e da garantia de direitos dessa população em contexto migratório.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Migração Internacional. Localizações geográficas. Povos Indígenas. Competência Cultural.

ABSTRACT

The migration of Venezuelan indigenous people of the *Warao* ethnic group to Brazil has intensified since 2014 as a result of socioeconomic, political, and environmental crises in their territory of origin, posing significant challenges for public policy and for ensuring the rights of this population. This study aimed to identify the Venezuelan indigenous people of the *Warao* ethnic group in Brazil, as well as the intersectoral actions carried out by the *Warao* Working Groups and the challenges encountered. This is a mixed-methods study, comprising an analysis of publicly available secondary data on the Venezuelan *Warao* indigenous population in Brazil, obtained from UNHCR and IOM, and an exploratory-descriptive qualitative study conducted in Uberlândia, Minas Gerais. Six social actors linked to public and private institutions that worked with the *Warao* population participated, selected through snowball sampling. Data were collected via semi-structured interviews and analyzed using Thematic Content Analysis. This dissertation-equivalent study resulted in two scientific articles. The first sought to analyze secondary data in the public domain, at the national level, regarding the number of Venezuelan indigenous people of the *Warao* ethnic group in the country, their geolocated distribution, and records of the intersectoral activities of working groups focused on this population. The data collection covered the period from 2014 to 2024, with information obtained from databases maintained by the UN Refugee Agency and the International Organization for Migration. The results showed that the *Warao* population grew from approximately 30 registered individuals in 2014 to more than 8,000 individuals spread across all Brazilian states over a ten-year period. The second article aimed to understand the perspectives of social actors linked to public and private institutions regarding the cultural characteristics, needs, and rights of Venezuelan indigenous peoples of the *Warao* ethnic group residing in Uberlândia, Minas Gerais. The results highlighted the importance of intersectoral coordination in addressing demands related to housing, food, education, income generation, and access to rights. However, limitations persist due to the insufficiency and outdated nature of official data, as well as challenges related to linguistic and cultural barriers, obtaining documentation, accessing public services, and tensions between institutional social protection mechanisms and *Warao* ways of life. It is concluded that the strengthening of intersectoral networks, the ongoing training of professionals, and the formulation of culturally sensitive public policies are fundamental to promoting equity, social inclusion, and the guarantee of rights for this population in a migratory context.

Keywords: Public Health. International Migration. Geographic Locations. Indigenous Peoples. Cultural Competence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Gráfico que evidencia a migração da etnia <i>Warao</i> no Brasil no recorte temporal de 2014 a 2024, Brasil, 2025.	26
Figura 2 – Mapa da Geolocalização de <i>Warao</i> no Brasil em 2023, segundo dados do ACNUR, 2024.	29
Figura 3: Gráfico comparativo do número de <i>Warao</i> por estado brasileiro – 2022 e 2023.	31
Figura 4 - Mapa da Distribuição Geoespacial dos Grupos de Trabalho <i>Warao</i> no Brasil entre 2019/2021.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da etnia <i>Warao</i> no Brasil, 2022.	27
Tabela 2 – Características sociodemográficas dos <i>Warao</i> no Brasil segundo estado de migração, 2022	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ACS	Agentes Comunitários de Saúde
ADRA	Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais
CAAF	Casa de Acolhimento para Adultos e Famílias
CEART	Central de Artesanato do Ceará
CERMIR	Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DPU	Defensoria Pública da União
DSS	Determinantes Sociais da Saúde
DTM	Matriz de Monitoramento de Deslocamento
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FFHI	Fraternidade–Federação Humanitária Internacional
GT	Grupo de Trabalho
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LOPNNA	<i>Ley Orgánica Para La Protección De Niños, Niñas Y Adolescentes</i>
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Agência da Organização das Nações Unidas Programa de Mestrado Profissional em Saúde Ambiental e Saúde do
PPGSAT	Trabalhador
SEDH	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
SEE	Setor de Etnologia e Etnografia
SEMASC	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania
SEMTRAS	Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém
SJMR	Serviço Jesuíta para migrantes e refugiados
ST	Saúde do Trabalhador
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TAARE	Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UE	União Europeia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNITRI	Centro Universitário do Triângulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS DA PESQUISA	17
2.1 Objetivo Geral.....	17
2.2 Objetivos Específicos	17
3 METODOLOGIA	18
3.1 Delineamento de pesquisa	18
3.2 Local de estudo	18
3.3 Participantes da pesquisa	19
3.4 Construção dos dados	19
3.5 Análise dos dados	20
4 RESULTADOS	20
4.1 Artigo 1 – Proposta de submissão para Revista Higeya	21
4.1.1 Introdução	22
4.1.2 Metodologia	24
4.1.3 Resultados	25
4.1.4 Discussão	36
4.1.5 Conclusão.....	43
4.1.6 Referências.....	44
4.2 Artigo 2: Proposta de submissão na Revista Interface	49
4.2.1 Introdução	49
4.2.2 Metodologia	51
4.2.3 Resultados	52
4.2.4 Conclusão.....	65
4.2.5 Referências.....	67
APENDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	72

APRESENTAÇÃO

Este trabalho equivalente à dissertação contempla as atividades realizadas por esta discente de pós-graduação *stricto sensu*, sob orientação da Profa. Dra. Vivianne Peixoto da Silva no programa de mestrado profissional em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGSAT) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), iniciado em 2024.

Antes de abordar a trajetória acadêmica e profissional, faz-se necessário destacar que este percurso é marcado por uma história de dedicação e superação familiar. Sou filha da Sra. Sueli de Oliveira, atualmente com 78 anos, mãe solo, que exerceu as atividades de lavadeira e passadeira e sempre se dedicou para que eu pudesse estudar e alcançar, por meio da educação, uma transformação socioeconômica. A ela, registro minha eterna gratidão.

Paralelamente à construção da carreira profissional, consolidei minha vida familiar. Sou casada há dez anos com Flávio, meu parceiro em todas as etapas desse percurso, e mãe da Sofia, de nove anos, e da Maisa, de sete anos, que representam as maiores conquistas da minha vida e constituem importantes fontes de motivação para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

No que se refere à formação acadêmica, em 2006 concluí a graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário do Triângulo (UNITRI). No ano seguinte, em 2007, realizei especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Sociais pela Faculdade Católica de Uberlândia.

Entre 2009 e 2012, atuei nas modalidades contratada e comissionada, na Secretaria Municipal de Habitação de Uberlândia, desenvolvendo ações voltadas aos projetos habitacionais de interesse social.

Desde 2013, exerço o cargo de Analista em Serviço Público, atuando como Assistente Social na Prefeitura Municipal de Uberlândia, vinculada à Política de Assistência Social, com experiência no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Em busca de aprimoramento profissional e novos desafios, concluí, em 2021, o MBA em Gestão Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ampliando minhas possibilidades de atuação no setor público.

Em outubro de 2022, solicitei remoção para a Secretaria Municipal de Saúde, onde estou atualmente. Com o objetivo de aprofundar meus conhecimentos no campo da Política Pública de Saúde, ingressei no Mestrado Profissional, cujas etapas, processos de construção do conhecimento e aprendizados adquiridos são apresentados neste relatório, por sua contribuição direta ao desenvolvimento da pesquisa realizada.

Conforme disposto na Resolução nº 02/2016 do Colegiado do PPGSAT, a dissertação de mestrado ou produto equivalente constitui requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre. Nesse sentido, optou-se pela elaboração de dois artigos científicos como produto equivalente. O primeiro artigo apresenta um panorama geral sobre o tema da pesquisa, a partir da análise de dados secundários, enquanto o segundo busca elucidar as ações desenvolvidas no município de Uberlândia/MG, com base em uma abordagem qualitativa.

1 INTRODUÇÃO

O campo Saúde do Trabalhador (ST) engloba um conjunto de teorias, políticas e ações no âmbito da Saúde Coletiva, que contempla a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a melhoria das condições laborais, levando em conta as particularidades do ambiente de trabalho e seus efeitos sobre a saúde física e mental dos trabalhadores (Brasil, 2024d).

Importante salientar que o trabalho ocupa um local central na vida das pessoas e se destaca como importante determinante social no processo saúde-doença. ~~Somam-se outros determinantes da saúde (DSS), como condições socioeconômicas, culturais, raciais e comportamentais que afetam diretamente a saúde das pessoas e comunidades. São itens que abrangem fatores como acesso aos serviços de saúde, educação, moradia, saneamento básico, dentre outros.~~ Os determinantes sociais da saúde (DSS) correspondem às condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, abrangendo fatores como renda, escolaridade, condições de trabalho, moradia, saneamento básico e acesso aos serviços de saúde, que influenciam diretamente a saúde dos indivíduos e das comunidades. A forma como esses determinantes se distribuem na sociedade reflete processos históricos, econômicos e políticos que produzem desigualdades sociais e, conseqüentemente, iniquidades em saúde. Esses efeitos recaem de maneira mais intensa sobre grupos em situação de vulnerabilidade (CNDSS, 2008).

A centralidade dos DSS torna-se ainda mais evidente em contextos de migração forçada¹, nos quais dimensões como renda, moradia, acesso a serviços públicos, inserção laboral e proteção social sofrem rupturas abruptas, como observado entre os indígenas *Warao* no Brasil (Oliveira, E. L. D. *et al.*, 2024).

Os *Warao* são um povo indígena originário da região do Delta do Orinoco, no nordeste da Venezuela, historicamente vinculados a modos de vida baseados na pesca, coleta, artesanato e circulação fluvial. O agravamento da crise econômica, política e humanitária venezuelana, especialmente a partir de 2015, comprometeu o acesso dessa população a alimentos, água potável, serviços de saúde e meios tradicionais de subsistência, impulsionando a migração forçada de milhares de *Warao* para países vizinhos, com destaque para o Brasil (Oliveira, C. R. De *et al.*, 2024).

No contexto das migrações forçadas, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pela proteção

¹ Deslocamento de pessoas motivado por conflitos, perseguições, desastres ou outras situações que envolvem força, compulsão ou coerção (IOM, 2019).

internacional de refugiados, solicitantes de refúgio e populações deslocadas forçadamente, destaca que populações indígenas migrantes vivenciam condições de vulnerabilidade relacionadas à precariedade das condições de vida, às barreiras de acesso aos serviços públicos, à discriminação, às dificuldades de inserção socioeconômica e à limitação do acesso a direitos fundamentais (Acnur, 2022).

No cenário contemporâneo, o fluxo internacional de pessoas em larga escala configura-se como um dos principais desafios enfrentados pelos Estados, exigindo a formulação de políticas públicas capazes de responder às necessidades sociais, econômicas e de saúde das populações migrantes. Essas dinâmicas impactam diretamente a qualidade de vida dos imigrantes, especialmente no que se refere ao acesso aos serviços de saúde e às condições de vulnerabilidade socioeconômica, aspectos que também se apresentam como desafios centrais no contexto brasileiro (Topa; Neves; Nogueira, 2013).

Segundo a Polícia Federal, por meio do Sistema de Registro Nacional Migratório, o Brasil recebeu 1.717.899 solicitações de registros entre os anos de 2000 a 2021. Destes, 64.256 foram registrados no estado de Minas Gerais. Uberlândia possui 4.423 desses registros de 123 nacionalidades. Especificamente, 362 solicitações de registros de venezuelanos (Unicamp, 2023).

A Organização Não Governamental (ONG) Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais (TAARE) foi fundada em Uberlândia, Minas Gerais, em 2017, com a missão de acolher imigrantes, oferecer aulas de português e auxiliar no atendimento às suas demandas. Em 2019, a ONG enfrentou um novo desafio com a chegada de imigrantes e refugiados venezuelanos da etnia *Warao*, demandando a construção de uma rede de apoio, a partir de um grupo de trabalho (GT)², para atender às necessidades específicas dessa população (Silva, 2021).

De acordo com o ACNUR para acolher devidamente os povos *Warao*, é necessário compreender suas vulnerabilidades, os possíveis riscos e violações de direitos que esses povos possam estar sofrendo (Acnur, 2022).

Entre os principais desafios para os receptores destes povos, encontram-se o surgimento de problemas diversos vinculados à falta de ofertas de emprego, precariedade de moradias, insuficiência de serviços de saneamento básico e de saúde, todas relacionadas às condições de extrema

² GT *Warao*: Grupos de Trabalho que foram criados em 2020, com o objetivo de fortalecer uma rede de apoio que atendessem às necessidades da população *Warao*, e implementadas ações de proteção e integração aos indígenas venezuelanos, considerando suas necessidades específicas. Os GTs eram apoiados e coordenados pelo ACNUR e contavam com a participação de agentes do poder público, sistema de justiça, sociedade civil e academia para promover a construção de espaços adequados para a integração dos *Warao*, no que diz respeito a acesso de serviços e oportunidades (ACNUR, 2021).

vulnerabilidade socioeconômica (Barreto; Ferko; Rodrigues, 2022).

Neste contexto, os migrantes estão sujeitos a condições que podem afetar negativamente a sua saúde, como aculturação negativa, falta de rede de apoio, risco de violência, abuso sexual, uso de drogas, distúrbios de cunho emocional, doenças infecciosas e lesões trabalhistas. A situação pode ser agravada pelas dificuldades de acesso aos serviços sociais e de saúde e acesso ao emprego e renda (OPAS, 2021).

Frente ao exposto, esse estudo se justifica de maneira pessoal, por minha atuação como Assistente Social junto a Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil e Mulher, da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia. O contato com as diversas demandas de saúde das pessoas indígenas venezuelanas de etnia *Warao* e suas diferentes formas de violação de direitos, instigou a estudar e compreender a percepção e ação dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas, e diante da atuação com estes povos, residentes no município de Uberlândia.

A relevância social da pesquisa decorre do fato de que a pesquisa apresentará a visão dos atores sociais levando em consideração as características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas de etnia *Warao* e conhecê-los poderá subsidiar intervenções profissionais e de políticas públicas que otimizem a vida das pessoas imigrantes e indígenas. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa se justifica diante de uma lacuna na literatura científica sobre a temática, uma vez que os estudos disponíveis ainda são escassos e fragmentados, não contemplando de forma sistematizada informações sobre as condições de vida, trabalho, acesso às políticas públicas e experiências institucionais relacionadas aos povos indígenas *Warao* no contexto brasileiro.

2 OBJETIVOS DA PESQUISA

2.1 Objetivo Geral

Localizar os indígenas venezuelanos de etnia *Warao* no Brasil, bem como as ações realizadas intersetorialmente pelos Grupos de Trabalho *Warao* (GT) e os desafios encontrados.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar os dados secundários de domínio público, em nível nacional, sobre o quantitativo dos indígenas venezuelanos de etnia *Warao* no país.

- Compreender a visão dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas, frente às características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas venezuelanos de etnia *Warao*, residentes em Uberlândia-MG.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento de pesquisa

Tratou-se de uma pesquisa com métodos mistos. O caminho metodológico será melhor detalhado nos produtos desta pesquisa, que estão descritos nos artigos 1 e 2. Com a metodologia quantitativa foram analisados os dados secundários de domínio público, em nível nacional sobre a população indígena venezuelana de etnia *Warao*, compreendidos no período entre 2014 a 2024 e apresentados no artigo 1.

As bases de dados para consulta foram o ACNUR, que é a agência da ONU para refugiados e qual atua com dados e estatísticas a fim de melhorar a atuação e o entendimento de informações sobre os refugiados (ACNUR, 2024b) e, a Organização Internacional para as migrações (OIM) que atua na formulação de políticas e gestão das migrações (OIM, 2024).

A pesquisa também contou com a abordagem qualitativa, entrevistando atores sociais, previamente selecionados, vinculados às instituições públicas e privadas, frente à migração dos indígenas venezuelanos de etnia *Warao* no município de Uberlândia-MG (Minayo, 2014).

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada em Uberlândia, município brasileiro situado no interior do estado de Minas Gerais, na região Sudeste do País. Uberlândia é uma cidade de grande porte, possui população estimada de 754.954 habitantes, considerada como polo econômico no Triângulo Mineiro, principalmente por sua posição logística, sendo o município mais populoso da região (IBGE, 2024).

Em termos de infraestrutura, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 98,2% de domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, 95,2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 33% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2022; UBERLÂNDIA, 2022).

3.3 Participantes da pesquisa

Foram entrevistados atores sociais selecionados que estiveram vinculados às instituições públicas e privadas atuando junto aos indígenas venezuelanos de etnia *Warao* no município de Uberlândia e participaram do GT *Warao*.

Os principais atores sociais envolvidos na assistência e acompanhamento da população indígena venezuelana de etnia *Warao* em Uberlândia encontram-se vinculados à rede socioassistencial do município e ao Grupo de Trabalho (GT) *Warao*. Dentre esses, destacam-se representantes da ONG TAARE, profissionais do Ministério Público Federal que agem de diversas maneiras, sobretudo na garantia de direitos humanos e acesso aos serviços essenciais (MPF, 2017), do Conselho Tutelar que buscam a garantia da proteção e direitos das crianças e adolescentes principalmente no que cerne à saúde, educação, segurança e desenvolvimento (Acnur, 2022) e os servidores da Universidade Federal de Uberlândia, da Prefeitura Municipal de Uberlândia, lotados na Secretaria de Desenvolvimento Social, que buscam garantir os direitos essenciais da etnia e a integração social, realizando projetos em parcerias com demais órgãos para proporcionar alojamento, alimentação, assistência social e programas de inclusão social e educacional (OIM, 2021).

Os participantes da pesquisa foram captados a partir de indicações da ONG TAARE, por meio da estratégia de *Snow ball*, uma técnica de amostragem não probabilística, no qual os participantes iniciais de uma pesquisa indicam ou sugerem novos participantes que, por sua vez, indicam outros. Esse processo continua até que o pesquisador atinja o número desejado de participantes ou até que as restrições comecem a se repetir (Vinuto, 2014). Foram convidados e aceitaram participar da pesquisa seis atores sociais.

3.4 Construção dos dados

Foi utilizada como instrumento de construção de dados a técnica de entrevista com roteiro semiestruturado (Apêndice A), elaborado pelas autoras. O roteiro contempla questões objetivas que visam coletar as questões dissertativas que almejam compreender a visão dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas, frente às características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas venezuelanos de etnia *Warao*, residentes no município de Uberlândia.

Os participantes do estudo foram convidados a conceder entrevistas semiestruturadas, com duração aproximada de 50 minutos. Duas entrevistas foram realizadas presencialmente, em local

previamente acordado com os participantes, e quatro ocorreram na modalidade *online*, conforme disponibilidade e preferência dos entrevistados. Em ambas as modalidades, buscou-se garantir privacidade e conforto durante a participação. Após a concordância em participar da pesquisa e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização dos participantes. Posteriormente, as gravações foram transcritas na íntegra e armazenadas em arquivos digitais no formato Microsoft Word® (.docx).

3.5 Análise dos dados

As entrevistas foram submetidas à Análise Temática de Conteúdo proposta por Minayo (2014), compreendendo as etapas de 1) pré-análise – a qual contempla uma leitura flutuante e organização do material, 2) exploração – que consiste na categorização das narrativas, indicando os elementos que constituem uma analogia significativa, e 3) tratamento dos dados com inferência e interpretação – em que há a significação das mensagens.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, sob parecer nº 7.579.317.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados em dois artigos científicos: Artigo 1 – “Indígenas venezuelanos da etnia Warao no Brasil: análise geoespacial e informação para políticas públicas” e Artigo 2 – “Percepções e ações de atores sociais do GT *Warao* em Uberlândia/MG”.

ARTIGO 1 – PROPOSTA DE SUBMISSÃO EM REVISTA DA ÁREA DE SAÚDE COLETIVA

INDÍGENAS VENEZUELANOS DA ETNIA *WARAO* NO BRASIL: ANÁLISE GEOESPACIAL E INFORMAÇÃO PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Luana Gonçalves de Oliveira

João Vítor Meza Bravo

Vivianne Peixoto da Silva

RESUMO

Em meados de 2014, devido a crises socioeconômicas e ambientais em seu território de origem, muitos *Warao* iniciaram um movimento migratório para outros países, incluindo o Brasil, em busca de melhores condições de vida e segurança. Tratou-se de um estudo misto, com análise de dados secundários de domínio público, acerca do quantitativo e distribuição geolocalizada da população *Warao* no Brasil e qualitativo por analisar registros documentais da atuação intersetorial de grupos de trabalho voltados a essa população. Os primeiros registros migratórios dos *Warao* no Brasil datam de 2014, inicialmente na Região Norte do país, nos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Em dez anos essa migração aumentou de 30 para mais de 8.000 pessoas e ocupou todos os estados do Brasil. Em conjunto, os dados sugerem intensificação da interiorização e maior dispersão espacial da população *Warao* no território nacional entre 2022 e 2023. As experiências dos Grupos de Trabalho *Warao* mostraram-se exitosas e apontaram desafios como estratégias de habitação, alimentação segura, educação para crianças e estratégias de renda sustentáveis. Os dados de domínio público ainda são defasados, o que prejudica o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a essa população. As ações para a promoção de inclusão dos migrantes *Warao* são mais voltadas à saúde e à educação, em busca de maior adaptação dos migrantes à cultura brasileira. Sobretudo, ainda é necessário investir em educação permanente dos profissionais de serviços, principalmente de saúde, assistência social, habitação e educação, para que consigam ofertar atendimento e ações condizentes com as especificidades da população *Warao*. O presente estudo aponta a necessidade de adequação das políticas públicas e da educação permanente dos agentes públicos municipais, estaduais e federais que atuem em condições adversas, como a chegada inesperada de grandes e distintos fluxos migratórios.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Migração Internacional. Distribuição geográfica. Informação. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A etnia *Warao*, um dos povos indígenas mais antigos da América do Sul, é originária do Delta do Rio Orinoco, na Venezuela, com presença também na Guiana e no Brasil. Conhecidos como o "povo da canoa", devido à sua íntima relação com os rios e manguezais, possuem uma cultura rica baseada na pesca, coleta e agricultura de subsistência, além de uma espiritualidade marcada por rituais e mitos. Falam a língua homônima, pertencente a uma família linguística isolada, e espanhol em níveis variados de fluência (Oliveira, C. R. De *et al.*, 2024).

Em meados de 2014, o agravamento das crises socioeconômicas e ambientais no território de origem desencadeou um processo de migração internacional dos *Warao*, que passaram a se deslocar para países vizinhos da Venezuela, entre os quais se destacam Colômbia, Guiana, Peru e Equador, configurando um fenômeno migratório de caráter regional na América Latina (Tardelli, 2023).

Quando os *Warao* migraram para o Brasil, inicialmente chegaram a Pacaraima, em Roraima, e foram levados pelo Exército Brasileiro para Boa Vista, localizada a 214 quilômetros de Pacaraima. Até 2018, estavam presentes em cinco cidades brasileiras: Pacaraima, Boa Vista, Manaus, Santarém e Belém. No Pará, devido à malha rodoviária, começaram a se deslocar para diversas cidades, sendo registrados em pelo menos 20 cidades paraenses (ACNUR, 2024a).

A partir de 2019, o movimento migratório se expandiu para o Nordeste, com grupos indo para São Luís (MA), Teresina (PI) e Fortaleza (CE), e posteriormente para estados como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Também houve deslocamentos para Rondônia e Acre, além de passagens por Tocantins e outras regiões do país (ACNUR, 2024a).

No contexto dessa ampliação territorial, a partir de 2020, passaram a ser registrados indígenas *Warao* em Minas Gerais, principalmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Uberlândia. O ACNUR indica a presença de aproximadamente 100 a 200 pessoas, organizadas em dezenas de famílias, em períodos distintos, sem que haja um quantitativo consolidado, em razão da elevada mobilidade territorial desse povo (ACNUR, 2024a).

Dessa forma, os *Warao* estavam em pelo menos 75 municípios de 23 estados e do Distrito Federal. Em outubro de 2023, estimava-se que aproximadamente 7.122 indígenas *Warao* residiam no Brasil (ACNUR, 2024a).

Considerados indígenas, os *Warao* são reconhecidos no Brasil como sujeitos de direito, podendo ser refugiados ou migrantes. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, assegura

aos povos indígenas o direito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, além do acesso diferenciado a políticas públicas. A legislação brasileira também garante a valorização de seus costumes, autonomia, educação multilíngue e saúde diferenciada, conforme a Lei nº 9.474/1997 (Estatuto dos Refugiados), a Lei nº 9.836/1999 (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena), a Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração) e o Decreto nº 12.657, de 7 de outubro de 2025. Essas normas asseguram sua proteção e inclusão, respeitando sua identidade cultural (Brasil, 1997, 1999, 2017, 2024^a, 2025).

Contudo, ao se estabelecerem em um novo país, os povos migrantes, inevitavelmente, são expostos a diferentes sistemas de valores, normas sociais e práticas culturais. No Brasil, os *Warao* encontram um ambiente culturalmente diverso, mas muitas vezes precisam lidar com barreiras linguísticas, preconceitos e exclusão social. Esses desafios podem forçar a comunidade³ a adaptar certos aspectos de sua cultura para se integrar e sobreviver no novo ambiente (ACNUR, 2024).

Dentre as práticas culturais dos *Warao* está a prática de “compartilhamento de demanda”, que, entre a etnia, é um ato de generosidade, que mostra uma rede complexa de relações que se baseiam na paridade (Peterson, 1993). Para esses povos, o espaço urbano é percebido como um ambiente repleto de bens materiais e possibilidades de recompensa, o que pode reforçar sua disposição em recorrer à mendicância como estratégia de sobrevivência (García Castro, 2007).

Sendo assim, tanto na Venezuela quanto no Brasil, a prática da mendicância urbana entre os *Warao* oriundos, em sua maioria, dos cânions do delta inferior deve ser compreendida a partir de uma perspectiva etnográfica e contextual. Esses grupos, em sua maioria monolíngues, enfrentam sérias dificuldades de inserção e adaptação ao meio urbano, já que não dominam os códigos socioculturais que regulam a convivência e a sobrevivência nas cidades (García-Castro, 2018).

Além disso, durante a pandemia de COVID-19 a população indígena *Warao* no Brasil foi exposta a um cenário marcado por descoordenação institucional, respostas fragmentadas e ausência de políticas específicas que considerassem simultaneamente a condição indígena e migrante (Sampaio *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2021). No período pandêmico, ações direcionadas à recepção da população migrante foram frequentemente orientadas por práticas de controle territorial e sanitário, com remoções compulsórias, isolamento forçado em abrigos improvisados e restrições de circulação sem mediação intercultural adequada, caracterizando práticas de cunho higienista voltadas à contenção

³ De acordo com a OIM, as comunidades *Warao* são agrupamentos formados por laços familiares e sociais, frequentemente compostos por famílias ampliadas que compartilham espaços de convivência e recursos (OIM, O. I. para as M., 2024a).

social desses grupos nos espaços urbanos (ONU BRASIL, 2020).

Essas medidas, justificadas sob o argumento da proteção da saúde coletiva, resultaram em agravamento das condições de vida dos *Warao*, com superlotação de abrigos, dificuldade de acesso contínuo à atenção em saúde e ruptura de estratégias tradicionais de subsistência. A ausência de coordenação intersetorial e a instabilidade das políticas federais contribuíram para ampliar desigualdades sociais e sanitárias já existentes, evidenciando efeitos diretos do desgoverno sobre essa população (Sampaio *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2021).

Além disso, os indígenas *Warao* também enfrentam barreiras estruturais persistentes para o acesso às políticas públicas no Brasil no campo da habitação. Tendo em vista que, os programas habitacionais vigentes se baseiam, em geral, em critérios de renda formal, documentação civil completa e configuração familiar nuclear, que não dialogam com sua organização social, mobilidade territorial e arranjos coletivos tradicionais (Meneses, 2024).

Com o intuito de aprender acerca dessa população, auxiliar o grupo em suas demandas e no enfrentamento das dificuldades encontradas, instituições em localidades distintas do Brasil formaram Grupos de Trabalho (GT), com vistas à atuação conjunta. Destacam-se casos exitosos como os de Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Minas Gerais (ACNUR, 2021b).

Apesar dessas iniciativas, há uma lacuna na sistematização de informações em nível nacional que articule o quantitativo de indígenas *Warao*, sua distribuição geográfica e o registro das ações desenvolvidas por esses GTs, o que limita análises integradas e o planejamento de políticas públicas.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar os dados secundários de domínio público, em nível nacional, sobre o quantitativo dos indígenas venezuelanos da etnia *Warao* no país, sua distribuição geolocalizada e registro de atuação intersetorial de grupos de trabalho voltados a essa população.

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo misto, de cunho quantitativo, com análise de dados secundários de domínio público, acerca do quantitativo e da distribuição geolocalizada da população *Warao* no Brasil. A pesquisa assume um caráter qualitativo ao analisar registros documentais da atuação intersetorial de grupos de trabalho voltados a essa população.

Para a busca dos dados secundários foram utilizadas as bases de domínio público do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para

as Migrações (OIM), por serem específicas em estudos sobre migrações internacionais e pela expertise do ACNUR em ações e apoio aos *Warao*.

O recorte temporal da busca de dados foi inicialmente definido para o período compreendido entre 2014 e 2024, pois coincidiu com o início das migrações de *Warao* para o Brasil e com o último ano completo que antecedeu o período da coleta de dados pelas pesquisadoras, que ocorreu em janeiro de 2025. Porém, a fase de coleta identificou lacunas nos dados registrados pelo ACNUR para os anos de 2021 e 2022. Assim, a pesquisa utilizou os dados do ACNUR apenas para o estabelecimento da distribuição temporal com recorte de 2014 a 2024. Já para os dados sociodemográficos dos *Warao* por estados brasileiros foi utilizada a base da OIM, concentrada nos anos de 2022 e 2023, que coincidem com o momento pandêmico e pós-pandêmico imediato.

Os dados sociodemográficos foram tabulados e analisados por estatística descritiva, com o auxílio do *software* Jamovi® e apresentados através de tabelas, figuras e gráficos, para identificar a estrutura etária e o perfil migratório.

O geoprocessamento dos dados e a construção do mapa ocorreram por meio do *software* QGIS, a partir de dados da base cartográfica do IBGE 2025 e Openstreetmap 2025 e da técnica de símbolos pontuais proporcionais. A distribuição territorial foi importante para identificar polos de concentração e possíveis áreas prioritárias de políticas públicas.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, sob parecer nº 7.579.317.

RESULTADOS

Geolocalização dos indígenas venezuelanos de etnia *Warao* no país

Os dados foram extraídos das bases do ACNUR e da OIM com suas respectivas características de coleta e análise de dados (ACNUR, 2024).

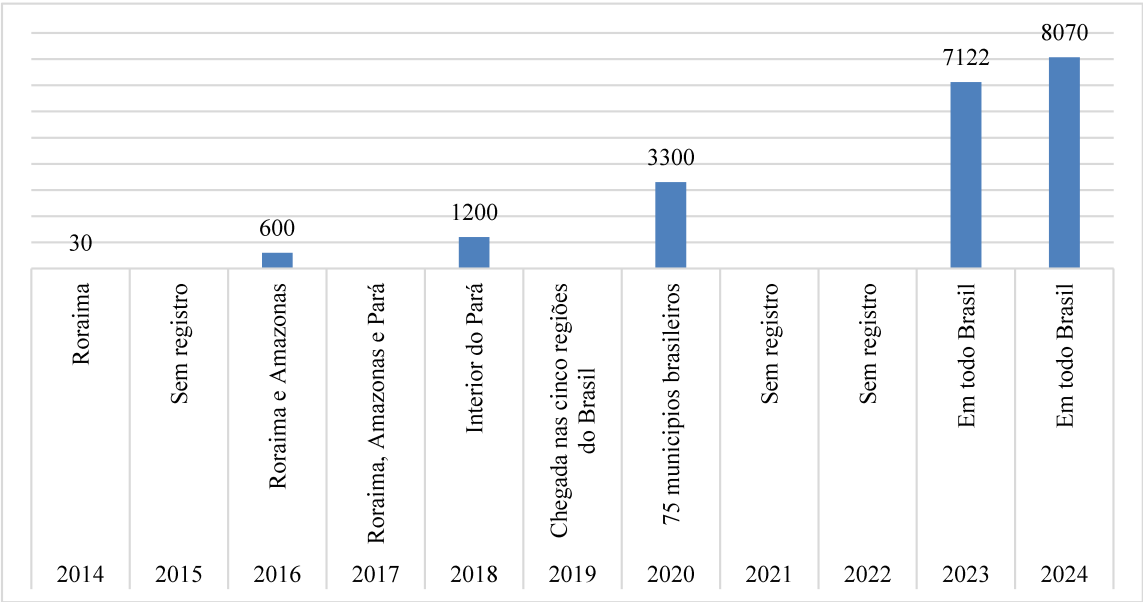
O ACNUR trabalha em parceria com governos e organizações locais, facilitando o registro e o acesso a serviços essenciais. Além disso, equipes móveis percorrem áreas remotas para coletar dados biométricos e biográficos, enquanto centros comunitários e postos de registro são estabelecidos em locais estratégicos para atender à população deslocada. O ACNUR também promove campanhas de informação e engajamento comunitário, garantindo que os refugiados compreendam a importância

do registro. Tecnologias avançadas, como a plataforma PRIMES e o sistema proGres v4, são utilizadas para armazenar e monitorar continuamente as informações dos refugiados (ACNUR, 2023b; 2025b; 2025a; 2025c; 2025d).

A OIM acompanha a mobilidade e as condições dos migrantes, incluindo os *Warao*, por meio da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM). No Brasil, a organização conduz pesquisas de campo e entrevistas para sistematizar informações e orientar políticas públicas. Em cooperação com governos e organizações locais, a OIM facilita o registro e a integração dos migrantes, monitorando continuamente os fluxos populacionais. A organização também emprega tecnologias avançadas para garantir a precisão dos registros e participa da Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V), que atua em 17 países da América Latina e Caribe (OIM, 2025).

Os primeiros registros migratórios dos *Warao* no Brasil datam de 2014, inicialmente, na Região Norte do país, nos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Em dez anos essa migração aumentou de 30 pessoas para mais de 7000 e ocupou todo o Brasil (ACNUR, 2024).

Figura 1 – Gráfico que evidencia a migração da etnia *Warao* no Brasil no recorte temporal de 2014 a 2024, Brasil, 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores com bases nos dados ACNUR, 2024.

A população *Warao* residente no Brasil em 2022 (Tabela 1) apresentou distribuição por sexo

relativamente equilibrada, com ligeira predominância masculina (51%). Observou-se concentração elevada nas faixas etárias iniciais e adultas, especialmente entre 0 e 6 anos (25%), 18 a 29 anos (21,3%) e 30 a 59 anos (24,3%) , o que mostra uma estrutura etária jovem. Quanto ao grau de parentesco, predomina a categoria filho/filha, seguida por chefe de família e esposo/esposa, o que mostra composição familiar extensa e presença significativa de dependentes

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da etnia *Warao* no Brasil, 2022.

Variáveis	N	Frequência relativa
Sexo		
Feminino	1302	49%
Masculino	1331	51%
Faixa etária (anos)		
00-06	659	25%
07-11	352	13,4%
12-17	336	12,8%
18-29	560	21,3%
30-59	640	24,3%
Mais de 60	86	3,2%
País de nascimento		
Venezuela		89,1%
Brasil		10,9%
Grau de parentesco		
Filho/Filha		51%
Chefe de família		22%
Esposo/Esposa		20%
Pai/mãe		2%
Irmão/Irmã		2%
Outros		2%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da OIM (2022).

Nesse contexto, é relevante destacar que a OIM utiliza o termo “chefe de família” (*head of household*) como uma categoria operacional e administrativa, empregada para fins de coleta de dados, cadastro e interlocução institucional, podendo ser substituída pela expressão “pessoa de referência do núcleo familiar”. Tal classificação não corresponde a uma categoria cultural própria dos *Warao*,

tampouco implica uma estrutura social patriarcal ou hierarquicamente fixa, podendo ser atribuída aos homens ou mulheres conforme a composição familiar e as responsabilidades assumidas, especialmente em contextos de migração forçada (OIM, O. I. para as M., 2024b).

Os dados da OIM (2022) mostraram a ocupação em 63% dos estados brasileiros. Observou-se forte concentração da população Warao em Roraima, seguida por Pará e Paraíba, com distribuição territorial menos expressiva nos demais estados. A composição por sexo mostrou equilíbrio, com leve predominância masculina. A média de idade manteve-se baixa, com uma população majoritariamente jovem (Tabela 2).

Tabela 2 – Características sociodemográficas dos *Warao* no Brasil segundo estado de migração, 2022

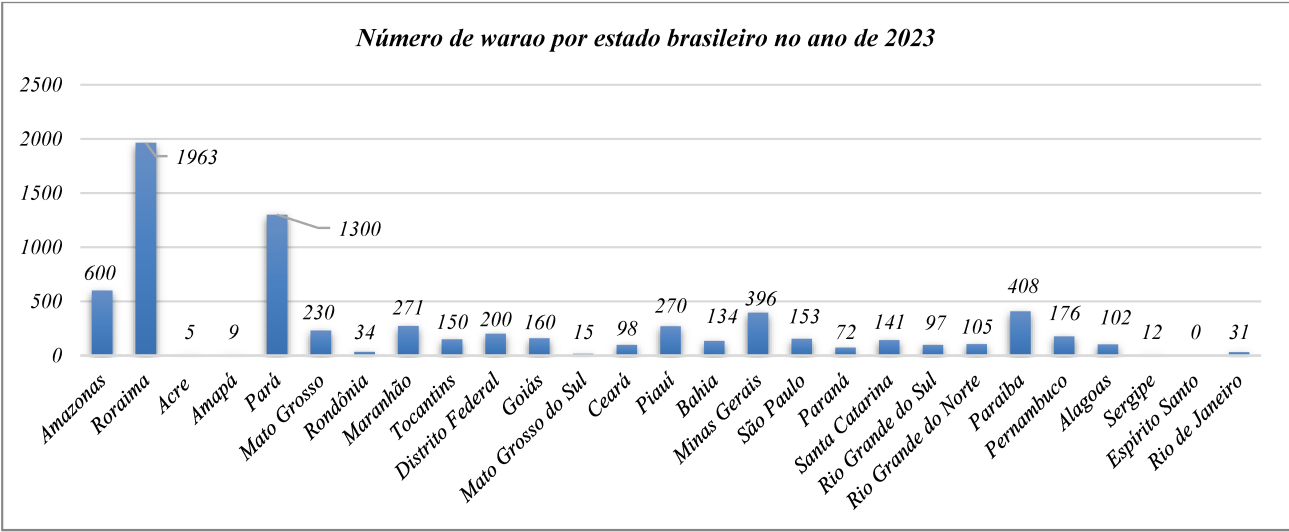
Estado	F	M	% F	% M	MI	n	%	F	% F	C	MO	NV	NB
Alagoas	35	41	46,1	53,9	22	76	2,9	21	3,2	2	1	89,5	10,5
Amazonas	84	82	50,6	49,4	21	166	6,3	46	6,9	0	2	93,4	6,6
Bahia	17	16	51,5	48,5	18	33	1,3	7	1,1	1	1	81,8	18,2
Distrito Federal	17	24	41,5	58,5	18	41	1,6	9	1,4	1	1	90,2	9,8
Espírito Santo	3	1	75	25	11	4	0,2	1	0,2	1	1	75	25
Goiás	88	76	53,7	46,3	22	164	6,2	38	5,7	8	3	89	11
Maranhão	63	69	47,7	52,3	21	132	5	37	5,6	2	3	83,3	16,7
Minas Gerais	46	54	46	54	17	100	3,8	22	3,3	1	1	84	16
Pará	177	183	49,2	50,8	22	360	13,7	95	14,3	6	3	90	10
Paraíba	138	129	51,7	48,3	21	267	10,1	67	10,1	8	1	83,5	16,5
Pernambuco	38	44	46,3	53,7	20	82	3,1	18	2,7	3	1	81,7	18,3
Rio Grande do Norte	11	10	52,4	47,6	23	21	0,8	5	0,8	1	1	90,5	9,5
Rio Grande do Sul	24	26	48	52	20	50	1,9	12	1,8	4	1	86	14
Rondônia	46	65	41,4	58,6	23	111	4,2	29	4,4	0	1	90,1	9,9
Roraima	446	451	49,7	50,3	21	897	34,1	226	33,9	3	3	91,6	8,4
São Paulo	22	14	61,1	38,9	18	36	1,4	8	1,2	2	1	80,6	19,4
Tocantins	47	46	50,5	49,5	23	93	3,5	25	3,8	2	2	94,6	5,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da OIM (2022).

Legenda: F = feminino; M = masculino; MI = média de idade; FAM = famílias; C = comunidades; MO = municípios ocupados = MO; NV = nacionalidade venezuelana; NB = nacionalidade brasileira.

No contexto dos levantamentos realizados pela OIM, o termo “comunidades” não se refere a territórios indígenas formalmente demarcados, mas a agrupamentos sociais de Warao organizados em determinado local de residência ou convivência, geralmente compostos por múltiplos núcleos familiares que compartilham espaço, redes de apoio e estratégias de sobrevivência em contexto

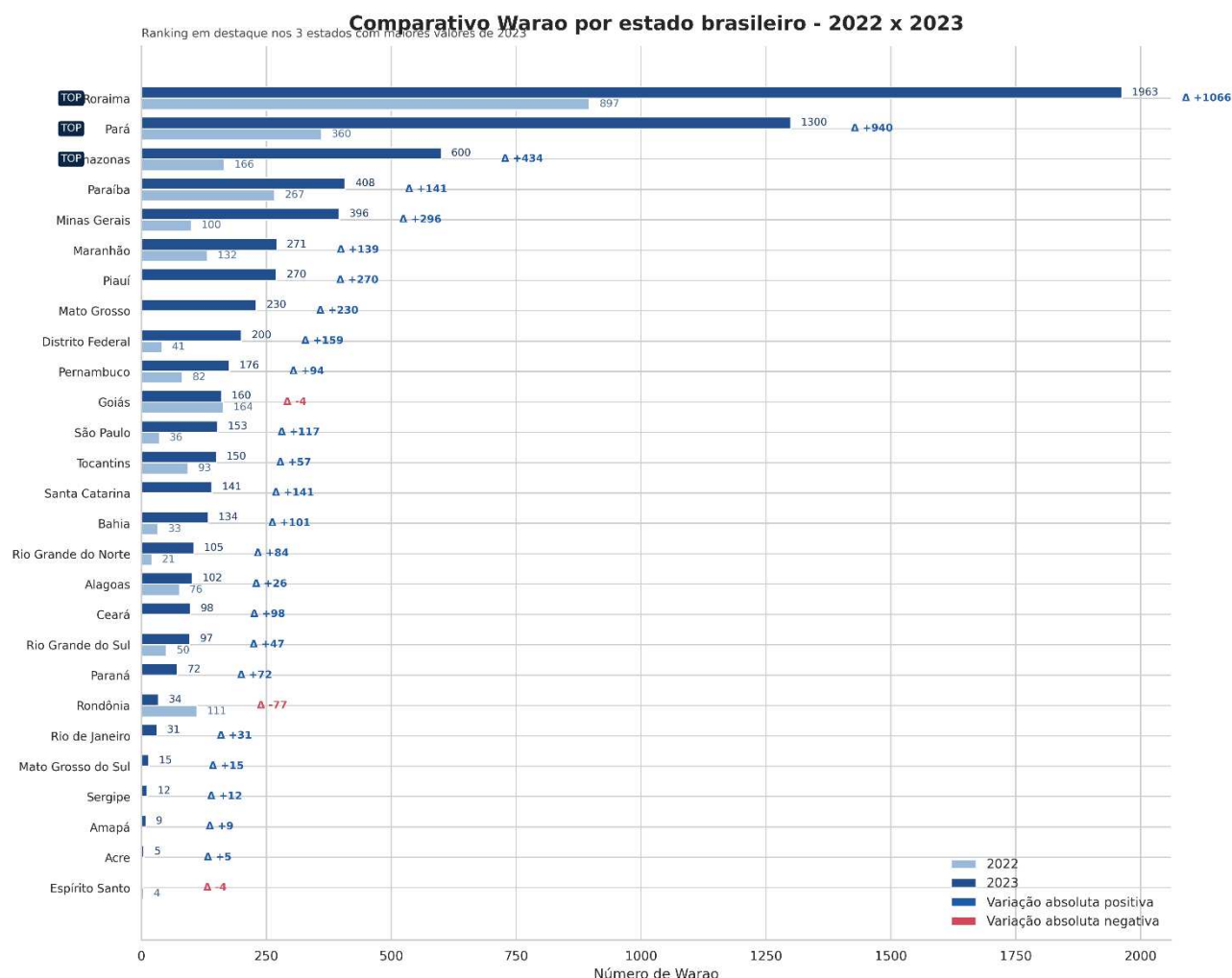
Gráfico 1 - Distribuição de *Warao* em números por estado brasileiro no ano de 2023, segundo dados do ACNUR, 2024.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

A comparação entre 2022 e 2023 (Figura 2) evidencia expansão expressiva da população Warao distribuída pelos estados brasileiros. O total agregado passou de 2.633 indivíduos em 2022 para 7.132 em 2023, o que corresponde a um aumento absoluto de 4.499 pessoas e uma variação percentual de 170,9%.

Figura 3: Gráfico comparativo do número de *Warao* por estado brasileiro – 2022 e 2023.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

Em 2023, Roraima passou a ser o principal polo de concentração, com 1.963 indivíduos, seguido pelo Pará, com 1.300, e pelo Amazonas, com 600. Esses três estados também concentraram os maiores ganhos absolutos no período, com aumentos de 1.066, 940 e 434 indivíduos, respectivamente. Minas Gerais e Distrito Federal também tiveram crescimento relevante, com acréscimos de 296 e 159 pessoas.

Do ponto de vista relativo, destacaram-se as maiores variações percentuais em estados que já foram apresentadas em número base em 2022, como Rio Grande do Norte com aumento de 400,0%, Distrito Federal com 387,8%, São Paulo com 325,0% e Bahia com 306,1%. Entre os estados sem registro em 2022, surgem Piauí, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará e Paraná, com maior dispersão

territorial da população em 2023.

Houve redução apenas em Rondônia, que caiu de 111 para 34 pessoas, e no Espírito Santo, que passou de 4 para nenhum registro. Goiás apresentou-se praticamente estável, com leve redução de 164 para 160 indivíduos. Em conjunto, os dados sugerem intensificação da interiorização e maior dispersão espacial da população Warao no território nacional entre os dois anos observados.

Embora os dados apresentados estejam na base do ACNUR, cabe ressaltar que a quantificação de indígenas *Warao* por estado brasileiro é uma estimativa resultante da compilação e sistematização de diversas fontes existentes, das secretarias estaduais e municipais e instrumentos federais relevantes, como o registro do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Isto porque a ferramenta proGres do ACNUR monitora pessoas assistidas e não, deslocamentos pelos constantes fluxos migratórios de *Warao* no Brasil, ou migração interna.

Atuação intersetorial de grupos de trabalho voltados aos *Warao* como informação para políticas públicas

A mobilidade dos *Warao* também se reflete na interiorização desse fluxo migratório, com registros em diversas cidades além das capitais. No período analisado (2019/2021), 306 indígenas *Warao*, em 69 famílias, foram acompanhados por Grupos de Trabalho (GTs) em 07 municípios brasileiros.

Destaca-se que o ACNUR São Paulo voltada à proteção e à integração de indígenas *Warao* em trânsito urbano no Sudeste e Sul do país, tem se baseado no tripé (i) mobilização e apoio à coordenação de redes locais por meio de grupos de trabalho; (ii) apoio à elaboração e à implementação de planos de ação conjunta, voltados à proteção e à integração local das famílias e indivíduos *Warao*; e (iii) fortalecimento de capacidades de atores locais por meio de educação permanente direcionadas às intervenções realizadas em cada contexto específico.

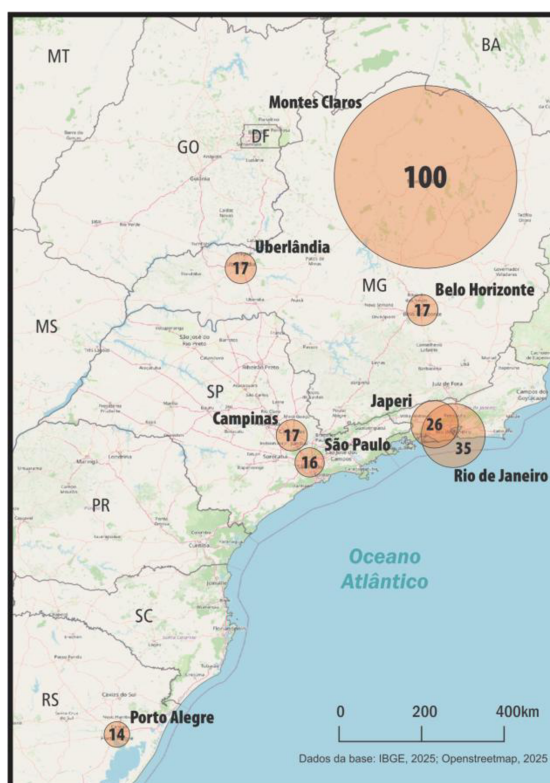
A atuação nos Grupos de Trabalho – GT envolve a participação de diversos atores sociais, tais como: agentes do poder público, sistema de justiça, sociedade civil, organismos internacionais e academia, para a construção de ambientes de discussão interdisciplinares e intersetoriais que, centrados na abordagem de proteção comunitária, contribuíram para escuta ativa e culturalmente sensível dos *Warao*, seu acesso a direitos e serviços, assim como a oportunidades de integração disponíveis na rede local. Essa articulação nos grupos faz-se primordial para o desenvolvimento de estratégias e planos de ação coordenados de mitigação de riscos, assistência às famílias e integração

local nos municípios.

É importante ressaltar que, embora os GTs tenham se constituído como espaços relevantes de articulação intersetorial, sua atuação ocorreu predominantemente como estratégia emergencial e compensatória, voltada à mitigação de riscos imediatos e ao enfrentamento de lacunas deixadas pelo poder público, em um contexto de fragilidade das redes formais de cuidado. Em diversos territórios, o acesso à saúde, à assistência social, à habitação e à documentação ocorreu de forma intermitente e condicionada, marcado por burocratização, inadequação cultural dos serviços e ausência inicial de mediação intercultural, evidenciando os limites das respostas institucionais disponíveis diante das especificidades da população *Warao* (Oliveira, C. R. De *et al.*, 2024).

Os casos foram acompanhados e registrados pelo ACNUR nos municípios de Belo Horizonte, Campinas/Hortolândia, Montes Claros, Nova Iguaçu/Japeri, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Uberlândia, conforme distribuição no Mapa abaixo.

Figura 4 - Mapa da Distribuição Geoespacial dos Grupos de Trabalho *Warao* no Brasil entre 2019/2021.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2026

Cabe ressaltar que o Mapa não reflete a exatidão do quantitativo para todo o período de análise, fato que ocorre pela constante movimentação dessa população, em busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, segundo o ACNUR (2021a).

A experiência dos GTs trouxe uma riqueza de informações para as políticas públicas atuais e o planejamento futuro, com base em suas práticas, desafios e aprendizados. As contribuições giram em torno da necessidade de abrigo seguro de forma a se considerar as especificidades culturais dessa população; atenção à saúde e assistência social que incluam formação continuada da rede de agentes para visitas domiciliares e atendimento às demandas de cadastro para políticas sociais, auxílio em documentação, inclusão escolar das crianças *Warao*, abertura de contas bancárias, segurança alimentar; mediação comunitária cultural e linguística; estratégia de geração de renda, dentre outras.

Observa-se que de forma geral a habitação constitui uma necessidade de atuação de forma a garantir segurança habitacional, especialmente em grandes centros urbanos, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro, por questões de violência e xenofobia. Em Porto Alegre, envidaram-se esforços para inclusão dos *Warao* em programa de aluguel social. No caso de Montes Claros, pelo quantitativo de *Waraos* no município, o GT buscou negociações junto ao poder público demandando a construção de estratégia de abrigo e moradia de médio e longo prazo que garanta a proteção das famílias presentes e de eventuais novas chegadas à cidade.

Ações de assistência social envolveram a inserção das famílias *Warao* nas políticas públicas e acompanhamento por visitas domiciliares de agentes sociais. O GT Rio de Janeiro/Nova Iguaçu/Japeri atuou também na formação de grupo de trabalho no CRAS de referência do território, o que facilitou a estratégia de acompanhamento das famílias. O GT do Rio de Janeiro também identificou a necessidade de auxílio na abertura de conta bancária para pagamento do benefício do auxílio emergencial e recebimento do auxílio moradia e do programa Bolsa Família. Além desses, o GT também auxiliou na renovação dos protocolos de solicitação de refúgio de todo o grupo junto à Polícia Federal, assim como o GT de Uberlândia.

Chama a atenção que, em alguns municípios, os *Waraos* foram notados pela atuação de “coleta ou mendicância” nos semáforos com presença de crianças, o que se tornou um grande desafio e mobilizou a criação do GT, como aconteceu em Uberlândia, Belo Horizonte e Campinas/Hortolândia. Nesses locais, a atuação do GT foi extremamente importante na sensibilização do Conselho Tutelar quanto às especificidades culturais e à garantia célere de matrícula das crianças na rede municipal de ensino.

No que se refere à educação, os GTs atuaram junto às secretarias municipais de Assistência

Social e Educação para garantir o acesso irrestrito das crianças à escola, assim como o GT Rio de Janeiro/Nova Iguaçu/Japeri atuou na inclusão de todas as crianças no programa de primeira infância da prefeitura. Faz-se importante destacar que os fluxos intensos de deslocamento interno no Brasil acabam por não permitir a permanência na escola e a continuidade do aprendizado das crianças *Warao*.

A segurança alimentar mostrou-se uma importante abordagem em todos os GTs e constituiu um desafio, especialmente no GT de Montes Claros, Belo Horizonte e Uberlândia. A partir das visitas domiciliares, foi verificado que alguns alimentos das cestas básicas coletadas pelos *Warao* estavam estocados de forma incorreta ou foram descartados, tendo em vista que, por razões culturais, os indígenas não consomem alguns dos produtos que constituem a base alimentar brasileira. Assim, os grupos de trabalho estabeleceram junto aos *Warao*, a lista de alimentos mais comuns na dieta do grupo, de forma a respeitar sua tradição alimentar e a evitar o desperdício de alimentos. Em Belo Horizonte, uma das estratégias foi doação de cestas básicas e produtos hortifrutigranjeiros dos programas da prefeitura de Belo Horizonte com o apoio do Comitê Indígena Mineiro.

Outro ponto de atuação que constitui um desafio é a independência econômica dos *Warao*, seja pelas dificuldades de inserção dos homens no mercado formal, pelos desafios na montagem de cadeia de produção e venda de artesanato das mulheres ou, pelas questões impostas pela pandemia da COVID-19 ACNUR (2021a). As experiências mostram atuação no Rio de Janeiro, Uberlândia, Belo Horizonte e Porto Alegre, em estratégia de geração de renda pra mulheres (produção e venda de artesanato) e para homens (parcerias para inserção em trabalho formal). Porto Alegre se destaca pela parceria municipal com destinação de espaço em feira para a comercialização de peças de artesanato confeccionadas pelas mulheres.

No que diz respeito à saúde, os GTs tiveram participação das secretarias e profissionais de ponta dos serviços públicos, o que possibilitou a atenção em saúde, em especial por visitas domiciliares dos agentes de saúde. Porto Alegre atuou também no apoio e encaminhamento dos *Warao* para vacinação contra a COVID-19. Já Belo Horizonte se destacou com o acompanhamento exemplar pela equipe de saúde da Prefeitura de Belo Horizonte, com o apoio da mediação cultural e apoio técnico do ACNUR São Paulo. Foram realizados atendimentos psicológicos e pré-natal adaptados pelas equipes da Prefeitura, de forma a dialogar sobre os cuidados com a saúde com as especificidades e crenças culturais próprias da etnia *Warao*. As ações só foram possíveis pela atuação do GT em mediação comunitária cultural e linguística, em parceria com o projeto Pro-Imigrantes da Faculdade de Letras da UFMG, que desenvolveu curso de português, voltado à integração linguística

e sociocultural dos migrantes, incluindo materiais especialmente desenvolvidos para os indígenas *Warao*.

A esse respeito, o GT Uberlândia favoreceu a criação da Cátedra Sergio Vieira de Melo – CSVm na Universidade Federal de Uberlândia – UFU, em razão da participação e do engajamento de docentes da UFU no GT *Warao*. A Cátedra enquanto iniciativa do ACNUR é responsável por difundir temas relacionados ao refúgio no ensino, pesquisa e extensão universitário. No caso da UFU, os diversos núcleos e grupos de pesquisa pré-existentes robusteceram seus programas de pesquisa e extensão acadêmica voltada à população *Warao*, e também a outras populações em situação de refúgio e migração. Assim, foi possível desenvolver educação permanente para a rede de saúde, educação e assistência social do município, ampliar os cursos de português como língua de acolhimento para a população *Warao* e dar apoio de mediação cultural.

Para além das experiências exitosas dos GT em separado, foi possível a aproximação dos grupos para compartilhamento de informações e auxílio. Uma delas foi relatada na área da saúde. Visando aprimorar o atendimento dos indígenas *Warao* e sensibilizar a equipe de saúde para as diferenças culturais, o Comitê Estadual de Saúde da População Imigrante e Refugiada do Estado do Rio de Janeiro organizou, com o apoio do ACNUR, conversa de troca de experiências entre profissionais de saúde membros do GT de Belo Horizonte e atuantes nos municípios do Rio de Janeiro, Japeri e Nova Iguaçu. As famílias receberam acompanhamento regular da rede de saúde de Nova Iguaçu e da Secretaria Estadual de Saúde e, como fruto da troca de experiências e da sensibilização contínua das equipes, as famílias tiveram acesso a acompanhamento e tratamento médico regular, em especialidades médicas diversas e conforme as necessidades identificadas. Estratégias de abordagem com maior sensibilidade às diferenças culturais têm, conforme relatado no GT, garantido maior adesão aos tratamentos por parte das famílias *Warao* ACNUR (2021a).

Para além dos desafios aqui postos, uma questão importante diz respeito à imprevisibilidade de movimentação de grupos de indígenas *Warao*, segundo o ACNUR. Pouco tempo de permanência dessa população no mesmo município, chegada de grandes grupos e o trânsito frequente entre cidades anteriores de residência, impactam as medidas contínuas de integração.

DISCUSSÃO

A migração dos *Warao* para o Brasil trouxe desafios significativos para essa população indígena e para os órgãos públicos brasileiros. O Brasil conta com a Resolução nº 109/2009 do

Conselho Nacional de Assistência Social, que regulamenta o abrigo provisório e a Lei de Migração (nº 13.445/2017), que assegura direitos e acolhida humanitária a refugiados. Além disso, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993) garante acesso a políticas públicas, enquanto a Convenção nº 169 da OIT reforça o direito à proteção cultural e à autodeterminação dos povos indígenas. Outras normas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Portaria nº 254/2002) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS - Decreto nº 7.053/2009), também desempenham um papel essencial na inclusão e no atendimento dessa população. Com o amparo dessas legislações, o governo federal, em parceria com estados, municípios e organizações internacionais, desenvolve ações para promover assistência emergencial e inclusão sustentável dessa população (Brasil, 1993; 2002, 2009a, 2009b, 2017). Porém, na prática, existem diversos desafios para a garantia de direitos, acesso a serviços públicos e inclusão social.

O presente estudo evidenciou expansão expressiva de 170,9% da população *Warao* no comparativo de 2022 a 2023, com intensificação da interiorização e maior dispersão espacial da população *Warao* no território nacional, o que coincide com a resposta humanitária da Operação Acolhida coordenada pelo Governo Federal.

Desde 2018 a Operação Acolhida é uma iniciativa humanitária voltada para refugiados e migrantes venezuelanos no Brasil. Inicialmente concentrada em Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, expandiu-se para outras regiões e, até março de 2023, havia interiorizado mais de 100 mil pessoas em aproximadamente 930 municípios. O processo começa com a triagem na fronteira, garantindo regularização migratória e acesso a documentos essenciais, como CPF e Carteira de Trabalho. Além disso, a operação oferece abrigo temporário, assegurando alimentação, cuidados de saúde e saneamento, com adaptações específicas para os *Warao*, como espaços comunitários e respeito às suas tradições culturais (ACNUR, 2024a; Brasil, 2024c). (Brasil, 2024c). Além disso, há a estratégia de interiorização voluntária, que transfere migrantes para outras regiões do Brasil com suporte inicial para adaptação

Um dos maiores desafios com a chegada do maior contingente da população *Warao* consistiu na estratégia habitacional para os *Warao* seja pela inexistência de abrigos comunitários ou serviços públicos de acolhimento que atendam às demandas e especificidades dessa população, seja pelo quantitativo de pessoas que migram.

Corroborando, Dias *et al.* (2024) acrescentam que o modelo de acolhimento institucional, estruturado a partir de uma lógica assistencialista, entra em conflito com a organização comunitária, clânica e coletiva desse povo indígena. Tal incompatibilidade gera tensões internas, disputas e

rearranjos familiares, levando parte das famílias a buscar alternativas habitacionais precárias fora do abrigo, o que acaba por ampliar situações de vulnerabilidade social.

As ações de abrigamento seguro, especialmente quando as famílias *Warao* chegam às localidades de destino, estão entre as principais medidas de proteção a serem adotadas, como apontam os GTs *Warao*. Casos exitosos de habitação para *Warao* foram descritos desde 2016, como é o caso de Santarém, um dos exemplos de adequação cultural dos espaços de abrigamento destinados aos *Warao*, com a Casa de Acolhimento para Adultos e Famílias (CAAF) instituída pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Santarém (SEMTRAS). Desde 2018, o município de Santarém recebe repasses emergenciais de recursos federais para a oferta de ações socioassistenciais à população migrante e refugiada, já tendo atendido cerca de 1.250 pessoas (ACNUR; Ministério da Cidadania, s/d, p. 13).

A implementação de abrigos provisórios destinados ao acolhimento institucional dos *Warao* é regulamentada pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) 63, enquadrando-se no artigo 1º, inciso III, letra d: *Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências*. Esse serviço é oferecido no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo considerado um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cuja competência de execução é dos municípios ou estados, cabendo à União o cofinanciamento e apoio técnico, conforme as demandas apresentadas. Além destes, podem ser usados serviços de acolhimento já existentes no município ou criar serviços, estruturados conforme a demanda.

Ainda, a depender da situação, poderá ser acionado o Serviço de Acolhimento Institucional, que, em seu próprio escopo, prevê a garantia de privacidade, respeito aos costumes, tradições e diversidade (ciclo de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual).

Dentre as ações de abrigamento, a Operação Acolhida, tem sido a principal estratégia do governo brasileiro para lidar com a chegada de venezuelanos ao Brasil.

Outro eixo fundamental da operação é a integração socioeconômica, promovida por meio da inserção no mercado de trabalho e no sistema educacional. Nesse sentido, os resultados deste estudo dialogam com Tardelli (2023), que, ao analisar processos de integração de populações migrantes indígenas a ausência de políticas estruturadas de inclusão produtiva limita a autonomia econômica e tende a aprofundar situações de vulnerabilidade social.

Em Roraima, três abrigos indígenas atendem especificamente os *Warao* e outras etnias, oferecendo infraestrutura adequada, como redários e fogões tradicionais. O abrigo Tuaranoko, gerido

pelo ACNUR e pela AVSI Brasil, promove iniciativas de sustentabilidade, como projetos de artesanato e cultivo de plantas medicinais, incentivando a autonomia dos migrantes (ACNUR, 2022).

Estudos evidenciam que, apesar dos esforços humanitários da Operação Acolhida, sua execução revela contradições, oscilando entre acolhimento e controle. No caso dos *Warao*, essa ambivalência resulta em falhas no atendimento, o que dificulta sua adaptação. Coelho e Chagas (2020) demonstram que as principais críticas destacam-se a imposição de regras que desconsideram seus modos de vida tradicionais, a relocação compulsória para abrigos militarizados que restringem sua autonomia e a dificuldade de acesso a serviços essenciais, agravada por barreiras burocráticas e linguísticas. Além disso, a alimentação inadequada e a restrição de mobilidade aumentam a insatisfação dos indígenas, tornando-os ainda mais vulneráveis. Essa estrutura, baseada em vigilância e securitização, não promove a integração, mas reforça a dependência e a marginalização dos refugiados *Warao* no Brasil (Coelho; Chagas, 2020; Corrêa *et al.*, 2021; Soares *et al.*, 2023).

Uma investigação da Agência Pública, realizada em julho de 2024 em Roraima, revelou denúncias sobre os abrigos da Operação Acolhida, incluindo alimentação inadequada, casos de desnutrição infantil e condições precárias de infraestrutura, agravadas pelo calor excessivo. Além disso, a presença da facção criminosa Tren de Aragua foi relatada, com controle do tráfico de drogas e intimidação de refugiados e militares. A violência chegou ao extremo com o assassinato de um casal *Warao*, levando muitas famílias a abandonarem os abrigos e viverem nas ruas, aumentando sua vulnerabilidade (Agência Pública, 2024).

No estudo realizado por Dias *et al.* (2024) foi analisada a organização social dos *Warao* no abrigo municipal de Belém, destacando conflitos entre sua visão comunitária e a gestão assistencialista. A estrutura interna se divide em níveis familiar, grupal e clânico, gerando disputas internas e tensões com a administração. Em virtude disso, algumas famílias buscam alternativas precárias na cidade, enfrentando novas vulnerabilidades. Apesar dessas transformações, a religião e a bioculturalidade permanecem elementos essenciais para manter seu senso de pertencimento, evidenciando a resiliência desse povo diante das limitações impostas pelo modelo assistencialista vigente.

No que se refere à saúde, os resultados do presente estudo revelaram a atuação das secretarias de saúde nos GTs e a importância da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que acompanharam as famílias *Warao* em visitas domiciliares. O exemplo de Belo Horizonte se revela exitosa ao se munir de apoio e experiência de mediadores culturais, pessoas que detêm conhecimento da língua, da cultura, dos costumes e das formas de organização social do grupo, atuando como

facilitadoras da comunicação e da compreensão intercultural entre migrantes e instituições (Verrept, 2019), para favorecer os atendimentos psicológicos e pré-natal, adaptados pelas equipes da Prefeitura, de forma a dialogar com as especificidades e crenças culturais próprias da etnia *Warao* nos cuidados com a saúde.

Esse achado dialoga com Silva *et al.* (2023), que em seu estudo acentua a importância do respeito e da preservação do cuidado cultural relacionado aos rituais religiosos associados à saúde, porém com acomodação e reestruturação do cuidado cultural por meio da negociação, ajustamento e reconstrução para o alcance da integralidade em saúde. No estudo, os autores relatam a experiência de enfermeiros do Consultório na Rua de Maceió/AL no cuidado à população indígena venezuelana e nas práticas de consultas de enfermagem; atividades de educação em saúde; procedimentos de enfermagem; interpretação de exames laboratoriais; realização de testes rápidos para Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs); e outras necessidades dessa população.

Destaca-se também a iniciativa de Manaus, com o objetivo de garantir o monitoramento e o acesso efetivo à saúde pelas populações indígenas acolhidas, ACNUR e Instituto Mana, em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC) e a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA), ofertaram um ciclo de educação continuada a 16 indígenas *Warao*, para atuação como Promotores Indígenas de Saúde Comunitária, auxiliando de forma voluntária a comunidade indígena refugiada em assuntos relacionados à saúde.

Em meio às dificuldades enfrentadas pelos indígenas *Warao* no Brasil, a comunicação efetiva é uma das principais, especialmente no acesso a serviços públicos essenciais. Corroborando, Silva *et al.* (2024), em estudo realizado com uma liderança indígena *Warao* e cinco apoiadores (professores, estudantes e voluntários da UFPB), evidenciaram a persistência das barreiras comunicacionais, destacando que parte dos migrantes indígenas oriundos da Venezuela não fala nem português nem espanhol, o que dificulta significativamente a comunicação e o acesso aos serviços nas localidades de acolhimento.

Esses achados reforçam a importância de estratégias que fortaleçam a participação social e a mediação intercultural, uma vez que iniciativas baseadas na formação de lideranças e no diálogo institucional tendem a reduzir barreiras comunicacionais e ampliar o acesso dos *Warao* às políticas públicas.

Diante disso, em diversas regiões do país foram criadas ações e grupos de atores sociais em busca de encontrar formas de auxiliar essa população e identificar informações para fortalecer as estratégias de políticas públicas.

A esse respeito, uma das iniciativas que merece destaque foi a criação de protocolo de consulta prévia com o povo *Warao* elaborado pelo MPF de Belém em 2018, que embora represente uma parcela reduzida dessa população, pode ser usado como referência para a construção de canais de comunicação entre os *Warao* e o poder público em outras cidades

O Governo da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (Sedh) e do Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados (Cermir), em parceria com a ACNUR e outras instituições, promoveu no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), um curso para 22 lideranças indígenas *Warao*. O objetivo foi facilitar a comunicação entre essa comunidade e os serviços públicos essenciais, como saúde, educação e assistência social. Segundo a cacica Osenda de Vale Gimenez, residente no abrigo do bairro de Jaguaribe, a formação é essencial, especialmente para mães que enfrentam dificuldades em relatar problemas de saúde de seus filhos devido à barreira linguística (Governo da Paraíba, 2024).

Em Minas Gerais, os municípios de Belo Horizonte e Uberlândia se destacam por algumas ações realizadas. Em maio de 2023, em Belo Horizonte, foi realizada uma roda de conversa com a comunidade *Warao*, abordando temas como violência doméstica, direitos das mulheres indígenas, documentação e combate ao tráfico de pessoas. O encontro contou com tradução para a língua *Warao* e atividades para crianças, com o apoio de organizações como a Defensoria Pública da União (DPU) e a Casa Común Del Pan (Governo de Minas Gerais, 2023b).

Em Uberlândia, a Defensoria Pública de Minas Gerais tem atuado para garantir que a proteção cultural dos *Warao* seja compatível com o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de encontros e planejamentos junto ao Sistema de Proteção dos Direitos das Crianças a fim oferecer atendimento que respeite a identidade cultural dos *Warao*, livre de discriminação ou imposição de assimilação, ao mesmo tempo fazendo-se cumprir as diretrizes legais de proteção à infância e adolescência (Governo de Minas Gerais, 2023a).

Nesse cenário, a preservação cultural e a busca por autonomia econômica são pilares fundamentais para a comunidade *Warao* no Brasil. Em 2022, lideranças indígenas deram um passo significativo ao criar o Conselho *Warao Ojiduna* em Belém, Pará, com a missão de fortalecer suas tradições e impulsionar o desenvolvimento sustentável entre os refugiados e migrantes. Essa iniciativa tem gerado importantes conquistas, como a premiação em um edital da Fundação Cultural do Pará, que destinou R\$40 mil para a realização de atividades culturais até o final de 2023, reafirmando o protagonismo da comunidade na valorização de sua identidade (ACNUR, 2023c).

Milesi e Coury (2018) também relataram em seu estudo que uma iniciativa importante foi o

Centro de Atendimento Infantil, inaugurado em Pacaraima em maio de 2018, em parceria com a Paróquia e o CEPAI, com apoio do Instituto C&A. O Centro realiza atividades socioeducativas para cerca de 200 crianças e adolescentes, incluindo as da etnia *Warao*, que vivem no Abrigo para Imigrantes Indígenas Janokoida, e outras crianças sem ocupação ou atenção. As atividades incluem apoio educacional com acompanhamento escolar e reforço pedagógico, oficinas culturais e recreativas como arte, música e esportes, além de apoio psicológico e emocional, com foco na adaptação das crianças ao contexto de migração. Também são promovidas ações de integração social entre as crianças e outras comunidades, fortalecendo o respeito à diversidade cultural, e a oferta de necessidades básicas como alimentação e cuidados de saúde, visando garantir um ambiente acolhedor e seguro para o desenvolvimento dos pequenos.

Os resultados do presente estudo dialogam com Silva (2018) ao evidenciar que a educação intercultural é um desafio, pois as crianças *Warao* frequentam escolas públicas próximas de seus abrigos, comprometendo o aprendizado do idioma materno e da cultura *Warao*. Visando resolver essa questão, o projeto socioeducacional “Casa de los Niños” atende crianças e adolescentes indígenas em idade escolar no abrigo no bairro Doutor Sílvio Botelho, em Boa Vista. As aulas de português são ministradas por educadores brasileiros contratados pela UNICEF em parceria com a Fraternidade sem Fronteiras utilizando materiais didáticos em *Warao* e português. Outro projeto de alfabetização para *Waraos*, foi desenvolvido em Teresina, Piauí, beneficiando 81 alunos, de 6 a 17 anos, que vieram da Venezuela. Essas crianças frequentaram três escolas da rede municipal, onde aprenderam português, espanhol e *Warao*, com o auxílio de professores brasileiros e educadores sociais *Warao*, que atuam como tradutores e mediadores culturais. A sala de aula é decorada com ilustrações e palavras nos três idiomas e as carteiras são organizadas em formato de "U" para incentivar a participação ativa dos alunos. Além das aulas de gramática, as crianças discutem temas como a mudança de sua casa antes e depois do deslocamento forçado. Em um projeto expandido, 65 indígenas *Warao*, com idades entre 16 e 68 anos, foram beneficiados por aulas de educação intercultural e trilingue para jovens e adultos (ACNUR, 2021).

Em virtude dessas características culturais, a integração dos *Warao* nas comunidades brasileiras pode ser facilitada por meio de programas culturais e educacionais que promovam o entendimento e o respeito mútuo, como eventos culturais e feiras de artesanato. No entanto, a chegada de um grande número de migrantes pode sobrecarregar os recursos das comunidades de destino, especialmente nos sistemas de saúde, educação e assistência social, exigindo maior investimento do governo e das organizações locais (Tardelli, 2023).

Para maximizar os benefícios dessa integração, é essencial implementar políticas eficazes, como o acesso ao mercado de trabalho, apoio ao empreendedorismo e a garantia de que os sistemas de assistência atendam tanto aos migrantes quanto às populações locais. O governo federal, em parceria com diversas entidades, como a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Organização Cáritas, tem trabalhado em iniciativas para proporcionar assistência social, saúde e regularização migratória, visando garantir os direitos dos *Warao* e respeitar suas especificidades culturais (Brasil, 2024).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, destacam-se como desafiadoras a sustentabilidade econômica das famílias *Warao* e a dificuldade de inserção dos homens no mercado de trabalho. Quanto ao artesanato desenvolvido pelas mulheres, ressalta-se a necessidade de parcerias para a compra dos materiais para confecção.

Uma iniciativa que merece destaque na cadeia de valor do artesanato *Warao* se associa à formação da coleção etnográfica do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), desenvolvida por uma professora de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em conjunto com os indígenas *Warao* na cidade de João Pessoa (Paraíba) e financiada pelo Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) do museu. A coleção buscou recompor, a partir do protagonismo indígena, o acervo destruído pelo grave incêndio ocorrido em 2018.

Outra iniciativa de inclusão socioeconômica da população *Warao* ocorrida em 2019, foi a elaboração de um protótipo de projeto nos abrigos Pintolândia, em Boa Vista, e Janokoida, em Pacaraima, coordenado pela Fraternidade–Federação Humanitária Internacional (FFHI), em parceria com o ACNUR e com o apoio de A CASA – Museu do Objeto Brasileiro, tendo como foco a produção e comercialização de peças feitas de fibra de buriti (*mauritia flexuosa*), que fizeram parte da exposição “Ojidu – Árvore da Vida *Warao*”, realizada no museu A CASA, em São Paulo, com apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da União Europeia (UE) e do governo federal.

CONCLUSÃO

Embora existam muitos órgãos que assistem os imigrantes, sobretudo os da etnia *Warao*, os dados de domínio público ainda são defasados, o que prejudica o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a essa população. As ações para a promoção de inclusão dos migrantes *Warao* são mais voltadas à saúde e educação, buscando maior adaptação dos migrantes à cultura brasileira. Sobretudo ainda é necessário investir em educação permanente dos profissionais de serviços,

principalmente de saúde, assistência social, habitação e educação, para que consigam ofertar atendimento e ações condizentes com as especificidades da população *Warao*.

O presente estudo também nos mostra a necessidade de adequação das políticas públicas e educação permanente dos agentes públicos, municipais, estaduais e federais para atuarem em condições adversas, como a chegada inesperada de grandes e distintos fluxos migratórios.

Diante desses achados, evidencia-se que as limitações observadas na atenção à população *Warao* não decorrem da ausência de iniciativas, mas da fragmentação das ações e da falta de articulação entre dados, políticas e serviços, apontando para a necessidade de um sistema nacional integrado que organize informações, coordene respostas intersetoriais e estabeleça fluxos contínuos de acolhimento, referência e acompanhamento dessa população.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **ACNUR lança relatório sobre atuação em rede no apoio aos indígenas venezuelanos *Warao***. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2021a. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-lanca-relatorio-sobre-atuacao-em-rede-no-apoio-aos-indigenas>. Acesso em: 27 mar. 2025.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Inclusión a través de la educación: indígenas *Warao* asisten a la escuela en Brasil**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2021b. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/historias/inclusion-traves-de-la-educacion-indigenas-Waraos-asisten-la-escuela-en-brasil>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ACNUR. **Indígenas venezuelanos voltam a frequentar a escola com a ajuda do ACNUR**. Brasília: Nações Unidas do Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/181668-ind%C3%ADgenas-venezuelanos-voltam-frequentar-escola-com-ajuda-do-acnur>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ACNUR. **Enabling Areas**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2023a. Disponível em: <https://reporting.unhcr.org/global-report-2023/enabling-areas>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ACNUR. **Indígenas *Warao* conquistam espaços de autonomia em Belém**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2023b. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/indigenas-Warao-conquistam-espacos-de-autonomia-em-belem>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ACNUR. **Operação Acolhida atinge a marca de 100 mil refugiados e migrantes venezuelanos interiorizados em 930 municípios do Brasil**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2024a. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/operacao-acolhida-atinge-marca-de-100-mil-refugiados-e-migrantes>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ACNUR. **Os *Warao* no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2024b. Disponível em:

<https://www.acnur.org/br/media/os-Warao-no-brasil>. Acesso em: 2 jan. 2025.

ACNUR. **El registro como un proceso de gestión de la identidad**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2025a. Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/es/chapter5/registration/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ACNUR. **Documentação: orientações sobre registro e gestão de identidade**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2025b. Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/chapter5/documentation/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ACNUR. **Ferramentas de registo: orientações sobre registo e gestão de identidade**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2025c. Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/chapter3/registration-tools/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

ACNUR. **Registo contínuo nas operações do ACNUR: orientações sobre registo e gestão de identidade**. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2025d. Disponível em: <https://www.unhcr.org/registration-guidance/chapter8/continuous-registration-in-unhcr-operations/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Abrigados na Operação Acolhida relatam comida estragada e doenças**. São Paulo: Agência Pública, 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/07/comida-estragada-desnutricao-e-calor-denuncias-nos-abrigos-da-operacao-acolhida/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999**. Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9836.htm. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 397, de 9 de outubro de 2002**. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO/2002), para uso em todo o território nacional, e autoriza a sua publicação. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: CNAS, 2009b. Disponível em: <https://www.gov.br/cnas/documentos/resolucao109.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2024a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC133.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Guia de referência para equipes e gestores: Trabalho Social com a População Indígena Refugiada e Imigrante**. Brasília: Presidência da República, 2024b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Operação acolhida**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida/operacao-acolhida>. Acesso em: 4 jan. 2025.

COELHO, Rodrigo Durão; CHAGAS, Rodrigo. **Indígenas Warao sofrem com péssimas condições de vida no abrigo público de Belém**. São Paulo: Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/26/indigenas-Warao-sofrem-com-pessimas-condicoes-de-vida-no-abrigo-publico-de-belem>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CORRÊA, Adriana dos Santos *et al.* Caderno de Debates 16: Refúgio, Migrações e Cidadania. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, Brasília, v.16, n.16, 2021. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf. Acesso em: 11 maio 2026.

DIAS, Walison Almeida; JUNIOR, Manoel Ribeiro de Moraes; LUCAS, Flávia Cristina Araújo. Os Warao no tapanã e os arranjos sócio-organizacionais em contexto de deslocamento. **Wamon - Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM**, Manaus, v. 9, n. 1, p. 131–151, 2024. Doi: <https://doi.org/10.29327/2576745.9.1-8>. Disponível em: <http://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/14518>. Acesso em: 27 mar. 2025.

GARCÍA CASTRO, Alvaro. Migración de indígenas Warao para formar barrios marginales en la periferia de las ciudades de Guayana, Venezuela. *Em*: PÉREZ, Fernando Represa (org.). **De Quito a Burgos: Migraciones y Ciudadanía**. Burgos: Editorial Gran Vía, 2007. p. 43–48. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9321476>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro A. Os Warao no Brasil são refugiados, não imigrantes. Questões etnológicas e etno-históricas. **Périplos: Revista de Estudios sobre Migraciones**, v. 2, n. 2, p. 32–55, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/25456. Acesso em: 29 mar. 2025.

GOVERNO DA PARAÍBA. Governo da Paraíba. **Governo e parceiros realizam capacitação para intérpretes da língua indígena Warao**. João Pessoa: Governo da Paraíba, 2024. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-e-parceiros-realizam-capacitacao-para-interpretes-da-lingua-indigena-Warao>. Acesso em: 4 jan. 2025.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Defensoria Pública de Minas Gerais. **Defensorias Públicas de Minas e da União reúnem indígenas refugiados em roda de conversa para orientar e garantir direitos.** Defensoria Pública de Minas Gerais, 2023a. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/defensorias-publicas-de-minas-e-da-uniao-reunem-indigenas-refugiados-Warao-em-roda-de-conversa-para-orientar-e-garantir-direitos/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

GOVERNO DE MINAS GERAIS. Defensoria Pública de Minas Gerais. **Defensora pública apresenta trabalho em Fórum de Pesquisa da UFU sobre a atuação da DPMG junto ao grupo indígena Warao.** Defensoria Pública de Minas Gerais, 2023b. Disponível em: <https://defensoria.mg.def.br/defensora-publica-apresenta-trabalho-em-forum-de-pesquisa-da-ufu-sobre-a-atuacao-da-dpmg-junto-ao-grupo-indigena-Warao/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

MENESES, Daura Carolina de Campos. **Necessidades sociais e os migrantes indígenas Warao residentes no Distrito Federal, Brasil.** 2024. 87 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília. 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/51126>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MILESI, Rosita; COURY, Paula. Acolhida, Proteção e Integração de Venezuelanos no Brasil: A Atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Em: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (org.). **Migrações Venezuelanas.** Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 72–77. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf. Acesso em: 6 jan. 2025.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Metodologia para construção de planos de vida com comunidades indígenas Warao no Brasil.** Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2024a. Disponível em: <https://brazil.iom.int>.

OIM. International Organization for Migration. **Migration health data: An IOM Primer.** Genebra: International Organization for Migration, 2024b. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/pub2025-042-r-migration-health-data-an-iom-primer_0.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

OIM. Organização Internacional para as Migrações. **Matriz de rastreamento de deslocamento.** Suíça: Organização Internacional para as Migrações, 2025. Disponível em: <https://dtm.iom.int/>. Acesso em: 26 mar. 2025.

OLIVEIRA, Caio Ribeiro de *et al.* Indígenas Warao no Brasil: migração e vivência. **Travessia - revista do migrante**, São Paulo, v. 1, n. 100, 2024. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1372>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ONU BRASIL. **Coronavírus ameaça indígenas venezuelanos que buscam segurança no Brasil.** Brasília: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85817-coronav%C3%ADrus-amea%C3%A7a-ind%C3%ADgenas-venezuelanos-que-buscam-seguan%C3%A7a-no-brasil>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PETERSON, Nicolas. Demand sharing: reciprocity and the pressure for generosity among foragers. **American Anthropologist**, v. 95, n. 4, p. 860–874, 1993. DOI: <https://doi.org/10.1525/aa.1993.95.4.02a00050>. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1993.95.4.02a00050>. Acesso em: 29 mar. 2025.

SAMPAIO, Mariá Lanzotti *et al.* Repercussões socio sanitárias da pandemia por Covid-19 para imigrantes e refugiados no Brasil: uma revisão narrativa da literatura. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, v. 31, p. 219–239, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006814>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/dcSLBxrK7m7tJgbP43fDvkR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Hilton Pereira da *et al.* Migration in times of pandemic: SARS-CoV-2 infection among the *Warao* indigenous refugees in Belém, Pará, Amazonia, Brazil. **BMC public health**, London, v. 21, n. 1, p. 1659, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-021-11696-7>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12889-021-11696-7>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Sidney. Políticas de abrigo a imigrantes venezuelanos em Boa Vista e Manaus. *Em*: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (org.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Nepo, 2018. p. 206–216. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf.

SILVA, Sidney Lima de Assis; SATUR, Roberto Vilmar. Migração e integração socioeconômica : indígenas venezuelanos de etnia *Warao* em situação de vulnerabilidade na Paraíba. **Revista Tempo do mundo**, Brasília, v. 35, p. 315–344, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/16891>. Acesso em: 2 fev. 2026.

SOARES, Marianna Borges *et al.* Caderno de debates sobre migração e refúgio. **Caderno de Debates**, Brasília, v. 18, n. 18, p. 1–72, 2023. Disponível em: <https://www.migrante.org.br>.

SOUZA, Júlia Henriques. Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos *Warao* para o Brasil. **Boletim Científico ESMPU, Brasília**, v. 17, n. 52, p. 71–99, 2018. DOI: <https://doi.org/10.63601/bcesmpu.2018.n52.71-99>

TARDELLI, Gabriel Calil Maia. Os caminhos dos *Warao*: configurações dos deslocamentos entre venezuela, brasil e guiana. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 341–370, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.130934>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/130934>. Acesso em: 25 mar. 2025.

ARTIGO 2: PROPOSTA DE SUBMISSÃO EM REVISTA DA ÁREA DE SAÚDE COLETIVA

PERCEPÇÕES E AÇÕES DE ATORES SOCIAIS DO GT *WARAO* EM UBERLÂNDIA/MG

Luana Gonçalves de Oliveira

Vivianne Peixoto da Silva

RESUMO

A migração dos indígenas *Warao* é cercada de fragilidades como barreiras linguísticas, preconceito e exclusão social, o que pode afetar negativamente a sua saúde em virtude das dificuldades de acesso aos serviços sociais e de saúde e acesso ao emprego e renda. Por isso, o objetivo dessa pesquisa é compreender a visão dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas, frente às características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas venezuelanos de etnia *Warao*, residentes em Uberlândia-MG. Estudo qualitativo, exploratório-descritivo, realizado no município de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Participaram seis atores sociais vinculados a instituições públicas e privadas que atuaram junto à população indígena venezuelana *Warao* e integraram o Grupo de Trabalho *Warao*. Os participantes foram selecionados por amostragem em cadeia (Snowball). Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e submetidos à Análise Temática de Conteúdo. Os achados mostraram que a chegada dos *Warao* mostrou desafios relacionados às barreiras linguísticas e culturais, à fragilidade da articulação intersetorial e às dificuldades de acesso à documentação, moradia, trabalho, educação, saúde e assistência social. Também foram identificadas tensões entre os dispositivos institucionais de proteção e os modos de vida e organização sociocultural *Warao*. Portanto, o fortalecimento de redes interssetoriais, a qualificação dos profissionais e a formulação de estratégias culturalmente sensíveis mostram-se fundamentais para a promoção da equidade e da garantia de direitos.

Palavras-chave: Saúde Coletiva. Migração Humana. Povos Indígenas. Competência Cultural.

INTRODUÇÃO

Ao chegarem a um novo país, os povos migrantes se deparam com sistemas de valores, normas sociais e práticas culturais diferentes das que estavam acostumados. No caso dos *Warao*, ao se estabelecerem no Brasil, se inserem em um ambiente culturalmente diversificado, mas enfrentam barreiras como dificuldades linguísticas, preconceito e exclusão social. Esses obstáculos muitas vezes os forçam a adaptar aspectos de sua cultura para facilitar sua integração e garantir a sobrevivência no novo contexto (ACNUR, 2024b).

Embora existam esforços governamentais e de organizações não governamentais para apoiar os *Warao*, muitas dessas iniciativas ainda se mostram insuficientes ou inadequadas, considerando as necessidades específicas dessa população (Oliveira, C. R. De *et al.*, 2024).

Visando ~~otimizar as condições de vida~~ a promoção da equidade e saúde desses povos, em Uberlândia, Minas Gerais, Brasil foi criada em 2017 a Organização Não Governamental (ONG) Trabalho de Apoio a Migrantes Internacionais (TAARE), com a missão de acolher imigrantes, oferecer aulas de português e auxiliar no atendimento às suas demandas. Em 2019, a ONG enfrentou um novo desafio com a chegada de imigrantes e refugiados venezuelanos da etnia *Warao*, demandando a construção de uma rede de apoio, a partir de um grupo de trabalho - GT⁴, para atender às necessidades específicas dessa população (Silva, 2021).

Entre os principais desafios para os receptores destes povos, encontram-se o surgimento de problemas diversos vinculados à falta de ofertas de emprego, precariedade de moradias, insuficiência de serviços de saneamento básico e de saúde, todas relacionadas às condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica (Barreto; Ferko; Rodrigues, 2022).

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR, para assegurar proteção adequada os povos *Warao*, é necessário compreender suas vulnerabilidades, ou seja, os possíveis riscos e violações de direitos que esses povos possam estar sofrendo (Brasil, 2021).

Neste contexto, os migrantes estão sujeitos a condições que podem afetar negativamente a sua saúde, como aculturação negativa, falta de rede de apoio, risco de violência, abuso sexual, uso de drogas, distúrbios de cunho emocional, doenças infecciosas e ~~lesões trabalhistas~~ adoecimento gerado pelo trabalho. A situação pode ser agravada pelas dificuldades de acesso aos serviços sociais e de saúde e acesso ao emprego e renda (OPAS, 2021).

A relevância social da pesquisa decorre do fato de que a pesquisa apresentará a visão dos atores sociais levando em consideração as características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas de etnia *Warao* e conhecê-los poderá subsidiar intervenções profissionais e de políticas públicas que otimizem a vida das pessoas imigrantes e indígenas. Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa se justifica, pois, de acordo com Souza (2018), em pesquisa realizada no município de Uberlândia, no período pandêmico, são fundamentais estudos que abordem as migrações de povos

⁴ GT *Warao*: Grupos de Trabalho que foram criados em 2020, com o objetivo de fortalecer uma rede de apoio que atendesse às necessidades da população *Warao*, e implementadas ações de proteção e integração aos indígenas venezuelanos, considerando suas necessidades específicas. Os GTs eram apoiados e coordenados pelo ACNUR e contavam com a participação de agentes do poder público, sistema de justiça, sociedade civil e academia para promover a construção de espaços adequados para a integração dos *Warao*, no que diz respeito a acesso de serviços e oportunidades (ACNUR, 2021).

indígenas da etnia *Warao*, tendo em vista a pouca abordagem científica acerca do tema.

Frente ao exposto este artigo busca compreender a visão dos atores sociais vinculados às instituições públicas e privadas, frente às características culturais, necessidades e direitos dos povos indígenas venezuelanos de etnia *Warao*, residentes em Uberlândia-MG.

METODOLOGIA

A pesquisa se trata de um estudo qualitativo, de caráter exploratório-descritivo, realizado no município de Uberlândia, situado no interior do estado de Minas Gerais, região Sudeste do Brasil. Uberlândia possui população estimada em 761.835 habitantes e configura-se como importante polo econômico e logístico do Triângulo Mineiro, sendo o município mais populoso da região (IBGE, 2025).

Os principais atores sociais envolvidos na assistência e acompanhamento da população indígena venezuelana de etnia *Warao* em Uberlândia encontram-se vinculados à rede socioassistencial do município e ao Grupo de Trabalho (GT) *Warao*. Dentre esses atores, destacam-se representantes da ONG TAARE, profissionais do Ministério Público Federal, de Universidade Federal, do Conselho Tutelar e os servidores da Prefeitura Municipal de Uberlândia (OIM, 2021).

Participaram da pesquisa seis atores sociais vinculados a instituições públicas e privadas que atuaram junto aos indígenas *Warao* no município de Uberlândia e participaram das ações do GT *Warao*. A seleção dos participantes ocorreu por amostragem em cadeia, do tipo *Snowball* (Vinuto, 2014), a partir de indicações realizadas inicialmente por membros da ONG TAARE. Participaram da pesquisa seis atores sociais, sendo dois representantes de uma ONG local voltada para refugiados, um docente da UFU, um representante do Ministério Público Federal, um representante do Conselho Tutelar e um representante da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, conduzidas a partir de roteiro elaborado pelas pesquisadoras, contemplando os seguintes eixos temáticos: visão e conhecimento dos participantes sobre os *Warao*; atividades desenvolvidas pelo GT *Warao*; e práticas e ações realizadas em relação aos indígenas *Warao*.

As entrevistas foram transcritas na íntegra e organizadas em corpus textual no Microsoft Word®. Posteriormente, o material foi submetido à Análise Temática de Conteúdo proposta por Minauo (2014), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia, sob parecer nº 7.579.317.

RESULTADOS

Os resultados foram construídos a partir das narrativas de seis atores sociais vinculados a instituições públicas e privadas que atuaram junto à população indígena *Warao* no município de Uberlândia-MG, no contexto das ações desenvolvidas pelo GT *Warao*. Participaram representantes da ONG TAARE, Conselho Tutelar, Ministério Público, Universidade Federal de Uberlândia e Centro de Referência de Assistência Social.

A análise temática das entrevistas possibilitou a identificação de três eixos temáticos: “Mediação institucional e proteção social frente à presença dos indígenas *Warao*”; “Barreiras linguísticas, mediação cultural e construção de vínculo” e “Vulnerabilidade social e desafios de acesso às políticas públicas”.

Eixo temático 1: Mediação institucional e proteção social frente à presença dos indígenas *Warao*

As narrativas dos participantes evidenciaram que a chegada da população indígena *Warao* em Uberlândia mobilizou diferentes instituições públicas e privadas, desencadeando demandas relacionadas à proteção social, ao acesso a direitos e à mediação de conflitos envolvendo a permanência dessas famílias no espaço urbano durante o período pandêmico.

Nesse cenário, o Conselho Tutelar, Ministério Público, universidade, assistência social e organizações não governamentais passaram a atuar de forma articulada por meio do GT *Warao*, buscando mediar demandas relacionadas à proteção social, acesso a direitos e acompanhamento das famílias. Contudo, as entrevistas revelaram tensões entre a necessidade de cumprimento da legislação brasileira de proteção à infância e as especificidades culturais do povo *Warao*.

Os participantes relataram que as primeiras mobilizações institucionais relacionadas à população *Warao* ocorreram diante da presença de mulheres e crianças nos semáforos de Uberlândia, sobretudo durante o período pandêmico. As situações observadas nas ruas geraram acionamentos do Conselho Tutelar, Ministério Público e organizações da sociedade civil, especialmente em razão da exposição das crianças em contextos considerados de risco.

A presença das famílias *Warao* nos semáforos e espaços públicos de Uberlândia também

desencadeou repercussões sociais marcadas por denúncias, incômodo urbano e pressões direcionadas aos órgãos de proteção e fiscalização do município. Santos (2023) observa que, durante o período pandêmico, a circulação do povo *Warao* nos cruzamentos da cidade passou a mobilizar acionamentos recorrentes ao Conselho Tutelar, Ministério Público e demais instituições da rede de proteção, evidenciando dificuldades locais na condução das demandas relacionadas à migração indígena e à permanência dessa população nos espaços públicos.

A autora destaca ainda que as respostas institucionais oscilaram entre iniciativas à proteção e ao atendimento das famílias e tentativas de retirada dos *Warao* dos semáforos, revelando tensões entre proteção social, controle da circulação urbana e desconforto social diante da visibilidade da pobreza indígena na cidade (Santos, 2023).

Essas tensões também foram identificadas em outros municípios brasileiros. Em Porto Alegre, Maréchal, Velho e Rodrigues (2021) descrevem a atuação articulada entre assistência social, Conselho Tutelar, Guarda Municipal e Polícia Federal na remoção forçada de famílias *Warao* instaladas em espaço público da cidade, em um contexto marcado por ameaças de retirada das crianças e pressão para desocupação da área. Os autores argumentam que tais ações passaram a operar como mecanismos de “limpeza social e étnica da cidade disfarçada de proteção.

O ACNUR destaca que muitos indígenas *Warao* passaram a ocupar ruas e semáforos em cidades brasileiras após a interrupção de atividades informais de subsistência, como a venda de artesanato, situação agravada pela pandemia de COVID-19 e pelas dificuldades de acesso ao trabalho formal e à proteção social (ACNUR, 2021d; ONU BRASIL, 2020). Nesse contexto, a solicitação de dinheiro em espaços públicos tornou-se uma forma de sobrevivência diante da insegurança alimentar e das condições de vulnerabilidade social vivenciadas por essa população (ONU BRASIL, 2020). Dessa forma, a chamada “prática de pedir” entre os *Warao* relaciona-se aos processos de deslocamento forçado e exclusão social, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas de proteção e inclusão social favorece situações de mendicância (Andrade, 2021; Meneses, 2024).

Diante as denúncias relacionadas à presença das crianças nos semáforos, os órgãos de proteção da infância no município iniciaram uma mobilização, conforme relatou um dos entrevistados, “então, o Ministério Público queria tirar a criança deles [da família *Warao*]. Por quê? Porque eles estavam indo para a rua” (P2 – TAARE). Em consonância, outro participante relatou:

‘Chegaram demandas na promotoria de defesa dos direitos da criança e do adolescente, mencionando vários cidadãos e cidadãs reclamando e apontando a existência de muitas crianças, principalmente crianças pequenas, com mães indígenas, venezuelanas em semáforos expondo as crianças a situação de risco fora

de casa (P4 – Ministério Público)’.

Essas preocupações institucionais estão relacionadas ao princípio da proteção integral previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, a proteção da criança contra situações de negligência, discriminação, violência, crueldade, opressão e quaisquer condições que possam comprometer seu desenvolvimento físico, mental e social (Brasil, 1990). Nesse contexto, a permanência de crianças em vias públicas e semáforos passou a ser interpretada pelos órgãos de proteção como situação potencial de vulnerabilidade social e exposição a riscos.

Entretanto, a interpretação institucional acerca da presença de crianças *Warao* em vias públicas nem sempre corresponde aos significados atribuídos por essas famílias às suas práticas de subsistência e organização comunitária. As atividades realizadas em espaços públicos não são compreendidas pelos *Warao* como situações degradantes, vexatórias ou incompatíveis com o cuidado infantil, mas frequentemente associadas às estratégias tradicionais de obtenção de recursos e participação coletiva desenvolvidas em suas comunidades de origem (Santos, 2023).

Nesse sentido, a presença das crianças nessas atividades esta associada a processos de aprendizagem social e transmissão de práticas comunitárias, e de meio de subsistência, semelhantes ao acompanhamento de atividades de pesca, caça e coleta tradicionalmente realizadas nas comunidades de origem (Araújo; Maciel, 2020).

Neste sentido, organizações internacionais passaram a reconhecer os *Warao* como população em situação de proteção especial, diante das vulnerabilidades associadas ao deslocamento forçado, às barreiras linguísticas, às dificuldades de acesso a direitos e às especificidades socioculturais indígenas. O ACNUR destaca que os fluxos migratórios *Warao* demandam estratégias de recepção e acolhimento intercultural e proteção comunitária, considerando que modelos convencionais de recepção frequentemente se mostram insuficientes para responder às necessidades dessa população (ACNUR, 2021c).

Em virtude das dificuldades identificadas no contato inicial com os *Warao*, relacionadas à compreensão das especificidades culturais do grupo e à ausência de experiência prévia no atendimento à população indígena migrante, as reuniões interinstitucionais passaram a ser realizadas com participação do Conselho Tutelar, Ministério Público, universidade e representantes da ONG TAARE, culminando na criação do GT *Warao* como estratégia temporária de articulação entre os diferentes setores envolvidos no acompanhamento das famílias, em virtude das demandas apresentadas pelos *Warao*.

O grupo contou ainda com apoio técnico do ACNUR e interlocução com instituições mineiras que já desenvolviam ações junto à população *Warao*, como o Serviço Jesuíta para Migrantes e Refugiados (SJMR), favorecendo a troca de experiências e a construção de estratégias de atendimento, proteção social e integração local culturalmente sensíveis (Silva, 2023).

Segundo os participantes, o GT *Warao* buscava aproximar instituições e construir respostas frente às demandas relacionadas à documentação, saúde, educação, benefícios sociais e proteção das crianças. Para um dos entrevistados, “através do GT, a gente foi tendo consciência de quem eram os *Warao*, porque esse a gente não conhecia” (P2 – TAARE), enquanto outro relatou que “nós criamos o GT para aproximar das demandas [...] e tentar viabilizar as demandas e as soluções em relação às dificuldades” (P5 – UFU).

As narrativas indicaram que, a partir das articulações realizadas no GT, diferentes instituições passaram a atuar conjuntamente em encaminhamentos relacionados à matrícula escolar, vacinação, acesso a benefícios sociais, regularização documental e tentativas de inserção laboral. Os participantes também relataram articulações envolvendo Ministério Público Estadual e Federal, Conselho Tutelar, Defensoria Pública da União, CRAS, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, ACNUR, UFU e ONG TAARE, buscando responder às necessidades apresentadas pelas famílias *Warao*.

Apesar das articulações institucionais, os participantes mostraram fragilidades relacionadas à ausência de preparo técnico para atendimento à população indígena migrante, dificuldades de comunicação e inexistência de políticas públicas estruturadas voltadas aos *Warao*. Um dos entrevistados destacou que “a nossa primeira fragilidade foi realmente inexperiência com o tema. [...] até pessoas que cuidavam de imigrantes em qualquer situação, elas não conheciam da etnia, das características daquela população.” (P5 – UFU), enquanto outro relatou que:

‘Ninguém sabia o que fazer [...] A mendicância só crescendo [...] As crianças não iam para a escola, as crianças ficavam nos semáforos [...] E eu percebia claramente os órgãos despreparados para acolher essa demanda (P6 – CRAS).’

O ACNUR mostra que muitos municípios passaram a lidar com demandas relacionadas aos *Warao* sem fluxos definidos, profissionais capacitados ou estratégias de comunicação adequadas à realidade linguística e cultural dessa população. Nessas condições, a resposta institucional frequentemente ocorreu de forma improvisada, dificultando o acesso aos serviços de assistência social, saúde e educação. Além disso, Guerra (2024) acrescenta que os modelos de recepção

direcionados aos migrantes venezuelanos foram inicialmente organizados a partir de referências urbanas e não indígenas, o que contribui para limitações no atendimento.

Embora o GT *Warao* tenha sido constituído como estratégia temporária para responder às demandas emergenciais decorrentes da chegada dessa população ao município, sua experiência evidenciou o potencial da articulação interinstitucional na organização das ações voltadas à população indígena migrante. Considerando a possibilidade de novos fluxos migratórios, a experiência acumulada durante esse processo poderá servir como referência para a organização de futuras respostas institucionais, reduzindo a necessidade de reconstrução inicial dos fluxos de atendimento.

Eixo temático 2: Barreiras linguísticas, mediação cultural e construção de vínculo

As narrativas dos participantes mostraram que as barreiras linguísticas e as diferenças culturais atravessaram grande parte das ações desenvolvidas junto à população *Warao* em Uberlândia. Os depoimentos relataram dificuldades relacionadas à comunicação, compreensão das orientações institucionais e mediação entre os serviços públicos e as famílias *Warao*, especialmente nos primeiros contatos realizados durante o período pandêmico. Além da limitação linguística, os participantes também descreveram desafios relacionados à compreensão das práticas culturais, modos de organização familiar e formas de interação social do povo *Warao*.

A organização social *Warao* é marcada por relações familiares ampliadas, convivência coletiva e forte participação comunitária nas decisões do cotidiano. Entre os *Warao*, após o casamento, é comum que o casal passe a residir junto à família materna, seguindo a lógica da matrilocidade. Essa dinâmica favorece a formação de grupos domésticos ampliados, nos quais o cuidado das crianças, o preparo dos alimentos, a organização da rotina e a obtenção de recursos são compartilhados entre diferentes membros da família. As decisões do cotidiano frequentemente envolvem os parentes mais velhos e pessoas de maior referência dentro do grupo familiar, reforçando formas coletivas de organização da vida doméstica e do cuidado (Rosa, 2021).

A alimentação constitui importante elemento da identidade cultural *Warao*, estando historicamente relacionada aos recursos fluviais e às dinâmicas ambientais do Delta do Orinoco. O consumo de peixes, arepas e outros preparos tradicionais integra práticas cotidianas de sociabilidade e transmissão cultural, preservando conhecimentos relacionados ao preparo dos alimentos, técnicas de pesca e uso dos recursos naturais entre diferentes gerações (Rosa, 2021).

Nesse sentido, a presença das crianças junto aos adultos em atividades realizadas nos espaços

públicos faz parte da dinâmica familiar e comunitária *Warao*, não sendo compreendida pela comunidade como situação de constrangimento ou exploração, mas como parte das práticas coletivas de sobrevivência e convivência social (Nogueira, 2023).

Além das práticas relacionadas ao cuidado e à organização familiar, aspectos territoriais e espirituais também ocupam papel central na vida social *Warao*. No processo saúde-doença, por exemplo, decisões relacionadas aos tratamentos frequentemente envolvem práticas tradicionais de cura e a participação de lideranças espirituais, uma vez que determinadas enfermidades podem ser compreendidas a partir de dimensões espirituais e cosmológicas próprias (Lima *et al.*, 2024).

A relação com o território também constitui elemento estruturante da organização social *Warao*. Historicamente, esse povo é reconhecido como “povo das canoas”, denominação relacionada à intensa relação estabelecida com os rios, igarapés e áreas alagadas do Delta do Orinoco, na Venezuela. Seus modos de vida estiveram tradicionalmente vinculados à circulação fluvial, à pesca, à coleta e ao uso das embarcações como elementos centrais da organização territorial e das estratégias de subsistência (Rosa, 2021).

Nesse contexto, os deslocamentos migratórios não representam apenas mudanças geográficas, mas processos de desterritorialização que repercutem sobre vínculos comunitários, práticas de subsistência e formas históricas de ocupação do espaço. García-Castro (2020) destaca que os deslocamentos *Warao* devem ser compreendidos para além da crise econômica venezuelana, envolvendo também processos de degradação ambiental, precarização das condições de vida e urbanização forçada que vêm alterando progressivamente as formas de vida dessa população.

Essas especificidades socioculturais repercutem diretamente na relação entre as famílias *Warao* e os serviços públicos, especialmente nos processos de comunicação, compreensão das orientações institucionais e mediação das demandas sociais. Segundo os entrevistados, muitas famílias *Warao* falavam apenas a língua indígena ou apresentavam compreensão limitada do português e do espanhol, o que dificultava desde atendimentos em saúde até orientações relacionadas à escola, benefícios sociais e proteção das crianças.

Um dos participantes relatou que “por mais que havia um deles, porque vamos pensar ali numa casa com dez pessoas, somente um falando Português, e não é um Português, Português (P2 – TAARE)”, enquanto outro destacou que “quando a gente fez a abordagem, a gente percebeu que eles não entendiam a nossa língua. Então, a gente foi por outros meios (P3 – Conselho Tutelar)”. Segundo esse participante, a equipe buscou apoio junto a uma organização não governamental para identificar uma cidadã venezuelana que pudesse intermediar o contato inicial e, posteriormente, estabelecer

aproximação com pessoas que conheciam a cultura *Warao*. A partir dessa articulação, foi realizada uma reunião destinada à compreensão das especificidades culturais desse povo e à construção de estratégias mais adequadas para a abordagem institucional.

Em consonância, os depoimentos indicaram que as barreiras linguísticas e as diferenças culturais também demandaram estratégias de mediação institucional entre os serviços públicos e as famílias *Warao*. Em diferentes municípios brasileiros, a mediação entre os serviços públicos e as famílias *Warao* exigiu reorganização das práticas institucionais e construção de estratégias específicas de comunicação.

Em Maceió, equipes do Consultório na Rua passaram a utilizar integrantes da própria comunidade *Warao* para auxiliar na tradução das orientações durante consultas, vacinação e encaminhamentos para outros serviços de saúde. O estudo descreve ainda que as explicações relacionadas aos cuidados e procedimentos precisaram ser realizadas por meio de recursos visuais, demonstrações práticas e estratégias lúdicas, buscando facilitar a compreensão das famílias durante os atendimentos. Em algumas situações, as orientações eram discutidas coletivamente com familiares e lideranças antes da realização das intervenções em saúde, respeitando as formas comunitárias de tomada de decisão entre os *Warao* (Lima *et al.*, 2024).

Em Manaus, as ações desenvolvidas junto à população *Warao* incluíram visitas frequentes aos abrigos para identificação de gestantes, crianças e pessoas com necessidade de acompanhamento em saúde, além do monitoramento vacinal e encaminhamento das famílias às unidades de atendimento. O plano local também previa acompanhamento dos indígenas durante alguns atendimentos, realização de ações educativas nos próprios abrigos e apoio na emissão de documentos necessários para acesso aos serviços públicos. Diante da circulação constante das famílias entre diferentes cidades e abrigos, as equipes precisavam atualizar continuamente cadastros e reorganizar os acompanhamentos em saúde e assistência social (Jezus *et al.*, 2021).

Nesse contexto, as estratégias de mediação também passaram a envolver situações de conflito relacionadas à compreensão das práticas culturais *Warao* por parte das instituições brasileiras, especialmente em temas ligados à infância, organização familiar e cuidado das crianças. Os participantes relataram a realização de reuniões mediadas por tradução, nas quais representantes das famílias *Warao* foram convidados para discutir questões relacionadas à proteção das crianças, escolarização e compreensão das normas brasileiras.

Segundo um dos entrevistados: “Nós os trouxemos [*Warao*] porque nem o Conselho Tutelar, nem o Ministério Público estavam compreendendo as ações culturais deles. Então, o Ministério

Público queria tirar a criança deles (P2 – TAARE)”.

Em consonância, um representante do Ministério Público relatou que:

‘Nós tivemos essa conversa do ponto de vista de conversar com os líderes deles [...] Para falar a respeito [...] da cultura deles, mas que havia uma questão também que precisava dessa compatibilidade, que era a questão de proteção de crianças e adolescentes (P4 – Ministério Público).’

Em consonância com a fala de P2, tal atribuição não caberia diretamente ao Ministério Público, uma vez que, conforme dispõe o ECA, compete ao Poder Judiciário determinar medidas de afastamento da criança do convívio familiar, quando necessárias à sua proteção, cabendo ao Ministério Público atuar como fiscal da lei e promover as medidas judiciais pertinentes para a garantia dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990).

As tensões relacionadas à proteção das crianças também podem ser compreendidas a partir das diferenças entre os referenciais institucionais brasileiros e as formas de organização familiar e comunitária dos *Warao*. Na Venezuela, a *Ley Orgánica para la Protección de Niños, Niñas y Adolescentes* (LOPNNA) estabelece princípios de proteção integral à infância e prevê que processos envolvendo crianças e adolescentes indígenas devem considerar aspectos culturais, formas tradicionais de organização social, uso da língua indígena e participação das autoridades comunitárias. Dessa forma, práticas relacionadas ao cuidado coletivo das crianças e à participação comunitária nas decisões familiares integram experiências socioculturais previamente reconhecidas no país de origem dessa população (Venezuela, 2007).

A perspectiva da interculturalidade contribui para compreender esses conflitos ao reconhecer a coexistência de distintos referenciais culturais e formas de produção da vida social, exigindo que as instituições considerem as especificidades históricas e socioculturais dos grupos atendidos (Walsh, 2019). No caso da população *Warao*, a dificuldade de mediação entre os dispositivos brasileiros de proteção social e os modos indígenas de organização comunitária produziu tensionamentos recorrentes nas práticas institucionais descritas pelos participantes.

Essas diferenças entre os referenciais institucionais brasileiros e os modos de organização social *Warao* também repercutiram no acompanhamento escolar e nas interpretações construídas pelos profissionais acerca da dinâmica familiar dessa população.

Em alguns relatos, os participantes descreveram estranhamento em relação à permanência das crianças junto aos adultos, aos deslocamentos frequentes das famílias e às dificuldades de adaptação

às rotinas escolares. Um dos entrevistados afirmou que “não levar as crianças na escola [...] porque é uma cultura em que as crianças ficam, a família fica todo mundo junto ali (P2 – TAARE)”.

As barreiras linguísticas também emergiram como importante desafio no processo de escolarização das crianças *Warao*, especialmente diante da ausência de estratégias pedagógicas culturalmente sensíveis e da limitada preparação institucional para o atendimento de estudantes indígenas migrantes. Um dos entrevistados destacou que “eu percebi eles um pouco impacientes em relação a esse processo de entrar na escola [...] e as crianças não entendiam nada do que estava sendo dito (P1 – TAARE)”.

Os depoimentos também evidenciaram que os deslocamentos frequentes das famílias e as condições de moradia compartilhada dificultavam a continuidade do acompanhamento institucional e das ações desenvolvidas pelos serviços públicos. Segundo um dos participantes:

‘Uma dificuldade, eles mudam muito [...] eram famílias muito numerosas que viviam sob o mesmo teto. [...] tive a experiência de visitar uma casa de dois quartos [...] onde lá viviam 40 pessoas.’ (P6 – CRAS).’

Embora a mobilidade territorial componha historicamente parte dos modos de vida *Warao* os deslocamentos observados no contexto urbano brasileiro também expressam condições marcadas pela instabilidade habitacional, insegurança alimentar, ausência de renda fixa e fragilidade do acesso às políticas públicas. Nesse contexto, a circulação constante entre bairros, cidades e moradias não pode ser compreendida apenas como característica cultural, mas também como consequência das condições de vulnerabilidade social vivenciadas por essa população (García-Castro, 2020; Rosa, 2021).

Parte das famílias passou a ocupar residências coletivas pequenas, improvisadas e frequentemente localizadas em territórios periféricos marcados pela precariedade da infraestrutura urbana e pela limitação do acesso a saneamento, abastecimento de água, coleta de resíduos e proteção social. Assim, a experiência vivenciada pelos *Warao* aproxima-se de dinâmicas historicamente observadas em periferias urbanas brasileiras, nas quais a precariedade habitacional e a fragilidade das políticas públicas produzem condições persistentes de vulnerabilização social (Reis *et al.*, 2022).

A instabilidade das moradias e a circulação constante também evidenciam limitações das políticas públicas destinadas à população migrante e refugiada no Brasil. Embora o acesso à moradia constitua dimensão central dos processos de proteção social e integração local, os programas habitacionais brasileiros historicamente não foram estruturados para responder às especificidades dos

fluxos migratórios internacionais, sobretudo quando envolvem populações indígenas (Al Lahham *et al.*, 2026).

Nesse contexto, as dificuldades relacionadas à comunicação, às diferenças culturais, à instabilidade habitacional e à circulação frequente das famílias repercutiam diretamente na continuidade do acompanhamento institucional e na construção de vínculos entre os serviços públicos e a população *Warao*. As entrevistas indicaram que a aproximação com as famílias exigiu convivência contínua, escuta e negociação permanente entre diferentes formas de compreender o cuidado, a proteção social e a organização da vida cotidiana.

Um dos participantes destacou que:

‘Aos poucos a gente foi ganhando confiança [...]essa água mole em pedra dura tanto bate até que fura [...] a gente foi na persistência também de criar essa intimidade, esse laço com eles, né? (P1 – TAARE).’

Em consonância, outro trecho evidenciou a importância da convivência contínua e da escuta das famílias no processo de aproximação:

‘Não é só você ir nas visitas entregar cesta básica. Trabalho com refugiado não é isso. Se quer realmente ajudar uma pessoa, precisa gastar tempo, ouvir quais são as suas queixas, orientar seus direitos (P2 – TAARE).’

Os achados deste eixo evidenciam que a aproximação com a população *Warao* não se restringiu à superação de barreiras linguísticas, mas foi construída a partir do diálogo com as lideranças indígenas. Esse processo permitiu incorporar a perspectiva da própria comunidade na compreensão das demandas apresentadas, favorecendo respostas institucionais mais sensíveis às especificidades socioculturais desse povo.

Eixo temático 3: Vulnerabilidade social e desafios de acesso às políticas públicas

Os depoimentos revelaram que as famílias *Warao* vivenciavam dificuldades relacionadas ao acesso à documentação, benefícios sociais, moradia, saúde e inserção no mercado de trabalho no município de Uberlândia. Segundo os participantes, as barreiras linguísticas, os deslocamentos frequentes e a ausência de políticas públicas estruturadas voltadas à população indígena migrante repercutiam diretamente no acesso das famílias aos serviços públicos.

Uma das principais dificuldades relatadas pelos entrevistados estava relacionada à regularização documental e ao acesso a benefícios sociais. Um dos participantes compartilhou que:

A documentação de que eles estavam legais no Brasil era uma folha impressa em papel sulfite de péssima qualidade [...] quando eles iam na Caixa Econômica Federal receber o dinheiro, os gerentes achavam que aquilo ali era um documento falso. (P2 – TAARE).

As falas também indicaram que, em diferentes situações, as famílias *Warao* dependiam da mediação de instituições e profissionais para acessar serviços considerados básicos. Segundo um dos participantes: “A gente tentava o máximo possível incluir essas famílias em programas de transferência de renda [...] muitas vezes até ia para poder fazer o cadastro, devido às dificuldades para essas pessoas, irem até o CRAS (P6 – CRAS)”.

As dificuldades de acesso aos serviços também se relacionam à lógica territorial de organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no qual o acompanhamento das famílias ocorre a partir da vinculação aos territórios de abrangência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nesse contexto, os deslocamentos frequentes das famílias *Warao* entre bairros, municípios e estados dificultam a continuidade dos acompanhamentos, a atualização cadastral e a manutenção dos vínculos com os serviços socioassistenciais (Brasil, 2004; Guerra, 2024).

Além das dificuldades relacionadas à documentação e ao acesso aos serviços públicos, os participantes relataram obstáculos relacionados à inserção das famílias *Warao* no mercado de trabalho e à construção de alternativas de subsistência no município. Coloque obras que dialoguem aqui

No Brasil, especialmente em cidades das regiões Norte e Nordeste, como Boa Vista, Manaus e Belém, as principais estratégias de sobrevivência dessa população envolvem atividades informais e instáveis, incluindo o chamado “trabalho de rua”, trabalhos temporários sem vínculo formal, além do acesso a benefícios sociais e doações institucionais (Cruz *et al.*, 2026). Contudo, a renda familiar permanece insuficiente para assegurar condições mínimas de subsistência, mantendo parcela significativa dessa população em situação de pobreza extrema (Cruz *et al.*, 2026).

Estudo conduzido pelo ACNUR com a população indígena refugiada e migrante em Boa Vista (RR) e Manaus (AM), composta majoritariamente por indígenas *Warao* (83,1%), identificou que 45% da amostra estava ocupada. Contudo, tratava-se predominantemente de inserção laboral informal e

precária, uma vez que apenas 6,3% possuíam emprego regular: 3,7% com carteira assinada e 2,6% sem carteira assinada. Entre as ocupações sem rendimento regular, destacaram-se o artesanato (22,2%), os serviços autônomos para terceiros (8,3%) e o trabalho nas ruas, incluindo comércio ambulante, reciclagem e apresentações de malabares (6,6%) (ACNUR, 2023a).

Os depoimentos indicaram que, apesar das tentativas de encaminhamento para oportunidades de emprego e geração de renda, persistiam dificuldades relacionadas às barreiras linguísticas, às diferenças culturais e às exigências formais do mercado de trabalho.

Segundo um dos participantes:

“Eles muitas vezes não ficavam nesse emprego [...] a questão do trabalho formal [...] era uma grande dificuldade para eles (P6 – CRAS).”

Em consonância, outro entrevistado destacou que:

“Para a gente ganhar dinheiro [...] recebe dinheiro só lá no final do mês. Eles não, ficavam na rua oito horas por dia [...] já saíam com o dinheiro ali na hora (P2 – TAARE).”

Os modelos de trabalho marcados por jornadas fixas, controle rígido do tempo e remuneração apenas ao final do mês frequentemente entram em tensão com formas de subsistência construídas historicamente pelos *Warao* (Rosa, 2021). Nesse sentido, Rosa (2021) destaca que as dificuldades de permanência dos *Warao* em empregos formais não podem ser reduzidas a interpretações moralizantes associadas à “preguiça” ou à recusa ao trabalho. A autora descreve que muitas atividades econômicas desenvolvidas por eles estão organizadas em dinâmicas distintas da lógica do emprego assalariado urbano, especialmente pela valorização da obtenção imediata de recursos financeiros e pela maior flexibilidade dos deslocamentos e horários.

Emergiram também relatos relacionados às fragilidades de articulação entre os diferentes serviços e instituições envolvidos no acompanhamento das famílias *Warao*. Embora o GT *Warao* tenha sido descrito como importante espaço de mobilização interinstitucional, alguns participantes apontaram ausência de preparo técnico, dificuldades na definição de estratégias práticas e limitações na construção de ações integradas voltadas à população indígena migrante. Um dos entrevistados afirmou que:

“O que eu percebo é que todo mundo andava em círculo, ninguém sabia o que fazer [...] eu percebia claramente os órgãos despreparados para acolher essa demanda (P6 – CRAS).”

Como resposta a essas dificuldades, alguns municípios passaram a estruturar ações integradas locais voltadas à construção de redes intersetoriais de atendimento. Em Marabá (PA), por exemplo, foi criado um Comitê Municipal Intersetorial de Assistência Emergencial envolvendo secretarias de

assistência social, saúde, educação, meio ambiente, órgãos jurídicos e entidades de direitos humanos, com o objetivo de articular respostas conjuntas ao fluxo migratório *Warao* (MPT, 2021).

Experiências semelhantes ocorreram em Ananindeua (PA), onde a criação de um Comitê Intersetorial Municipal buscou garantir acesso articulado às políticas de assistência social, saúde, educação, habitação e saneamento para indígenas migrantes venezuelanos (SEMCA, 2022). No município de Palmas (TO), a elaboração de um Plano de Ação Integrado articulou serviços socioassistenciais, equipes do Consultório na Rua e dispositivos especializados de abordagem social para responder às demandas emergenciais da população *Warao* (Brasil, 2022). Já no Distrito Federal, iniciativas apoiadas pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) investiram na formação intercultural de profissionais da saúde como estratégia para construção de redes intersetoriais culturalmente sensíveis (OIM, 2022).

Os depoimentos também evidenciaram divergências entre os atores institucionais acerca das estratégias consideradas mais adequadas para acompanhamento das famílias *Warao*. Alguns participantes demonstraram críticas às abordagens consideradas excessivamente teóricas ou pouco efetivas diante das demandas práticas relacionadas à documentação, benefícios sociais e inserção social.

Segundo um dos entrevistados:

“É sair um pouco dessa coisa muito linda, romântica e ir atrás de algo prático, que é benefício assistencial (P3 – Conselho Tutelar).”

O mesmo participante também questionou propostas relacionadas à comercialização de artesanato como principal estratégia de subsistência das famílias:

“Você acha que o uberlandense vai comprar folha de palmeira, artesanato de palmeira? Muito romântico (P3 – Conselho Tutelar).”

Apesar das críticas relacionadas à comercialização do artesanato como estratégia de subsistência, algumas iniciativas desenvolvidas em outros contextos buscaram estruturar formas de geração de renda vinculadas à produção artesanal *Warao*. Em Manaus, Boa Vista e Pacaraima, um projeto desenvolvido em parceria entre ACNUR, BID Lab e o Museu A CASA envolveu aproximadamente 680 indígenas *Warao* em ações voltadas à qualificação da produção artesanal, associativismo, empreendedorismo, inclusão digital, técnicas de venda e comercialização das peças produzidas pelas famílias. Segundo os organizadores, as iniciativas incluíram oficinas de precificação, padronização, catalogação e acesso a mercados consumidores, buscando ampliar a autonomia econômica dos participantes por meio da circulação comercial do artesanato tradicional

Warao (ACNUR, 2021a).

Em 2024, a Central de Artesanato do Ceará (CeArt), em parceria com a FUNAI e secretarias estaduais, realizou ações envolvendo 17 famílias *Warao*, incluindo testes de habilidade para credenciamento formal dos artesãos, orientação técnica sobre acabamento e precificação das peças, além da adaptação da produção artesanal ao uso da palha de carnaúba diante da ausência da fibra de buriti no estado. As ações buscavam ampliar possibilidades de geração de renda e inserção dos produtos *Warao* nos circuitos locais de comercialização artesanal (Parente, 2024).

A experiência desenvolvida no Ceará evidencia o potencial do artesanato como estratégia de inclusão produtiva para a população *Warao*. Essa possibilidade também encontra respaldo no contexto do Triângulo Mineiro. Estudo realizado com 35 artesãos de Uberlândia identificou que, para grande parte dos participantes, o artesanato constituía a principal fonte de renda, especialmente entre as mulheres, além de apontar crescimento da valorização e da profissionalização da atividade no mercado local (Sales, 2022)

Além disso, outro entrevistado relatou desconforto em relação à condução de algumas reuniões institucionais, mencionando excesso de tensionamentos políticos nas discussões desenvolvidas pelo grupo:

“Estava o viés muito político [...] eu não me senti bem[...] pela maneira como estava conduzindo a discussão (P4 – Ministério Público).”

Nesse cenário, Barbosa, Lima e Silva (2024) descrevem que o campo político-administrativo constituído em torno da população *Warao* no Brasil passou a reunir instituições com racionalidades distintas, assistência social, sistema de justiça, organizações humanitárias, universidades, organizações religiosas e movimentos sociais nem sempre convergentes quanto às formas de condução das ações junto às famílias indígenas migrantes. Segundo os autores, essas disputas frequentemente envolviam divergências sobre tutela, autonomia, inserção laboral, circulação das famílias e preservação das práticas culturais *Warao*, produzindo dificuldades na definição de estratégias institucionais compartilhadas.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa revelaram que a atuação institucional foi marcada por desafios relacionados às barreiras linguísticas, às diferenças socioculturais e à ausência de políticas públicas estruturadas para o atendimento de populações indígenas migrantes. As tensões identificadas entre os

dispositivos brasileiros de proteção social e os modos de vida *Warao* evidenciam a necessidade de abordagens interculturais capazes de reconhecer as especificidades históricas, culturais e organizacionais dessa população, evitando práticas pautadas exclusivamente por referenciais normativos nacionais.

O estudo também demonstrou que as condições de vulnerabilidade social vivenciadas pelos *Warao* ultrapassam as dificuldades decorrentes do processo migratório, envolvendo limitações no acesso à moradia, geração de renda, trabalho, documentação e serviços públicos. Nesse contexto, o fortalecimento de redes intersetoriais, a qualificação dos profissionais e a formulação de estratégias culturalmente sensíveis mostram-se fundamentais para a promoção da equidade e da garantia de direitos.

Como limitação, destaca-se a realização da pesquisa em um único município, o que restringe a transferência dos resultados para outros contextos de atuação intersetorial voltados à população dos *Warao*. Além disso, a identificação e o recrutamento dos participantes constituíram um desafio metodológico, em razão da dificuldade de localizar atores sociais que participaram das ações desenvolvidas junto aos indígenas ao longo dos anos e da disponibilidade limitada desses profissionais para participação na pesquisa. Ademais, o estudo contemplou exclusivamente a perspectiva dos atores institucionais, não incorporando diretamente as experiências e percepções dos *Warao*, justamente pela dificuldade de acesso a essa população.

Apesar dessas limitações, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre os desafios enfrentados por gestores, profissionais e instituições no atendimento à população migrante, tema ainda pouco explorado na literatura nacional, especialmente em municípios situados fora das principais rotas migratórias. Os achados oferecem subsídios para o aprimoramento e desenvolvimento de práticas intersetoriais e interculturais voltadas à garantia de direitos dessa população.

Recomenda-se que estudos futuros incorporem a perspectiva dos próprios *Warao*, bem como de outros atores envolvidos na rede de atendimento, possibilitando uma compreensão mais abrangente das experiências de migração, acesso às políticas públicas e construção de estratégias de proteção social. Também são necessários estudos comparativos entre diferentes municípios brasileiros, capazes de identificar potencialidades e desafios das distintas formas de organização das redes de atenção destinadas às populações indígenas migrantes.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Os Warao no Brasil:** contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2021a. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Inclusión a través de la educación:** indígenas Warao asisten a la escuela en Brasil. Brasília: Agência da ONU para Refugiados, 2021b. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/historias/inclusion-traves-de-la-educacion-indigenas-Waraos-asisten-la-escuela-en-brasil>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **ACNUR e parceiros lançam projeto de apoio a artesãs venezuelanas indígenas Warao.** Brasília: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2021c. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/139682-acnur-e-parceiros-lan%C3%A7am-projeto-de-apoio-artes%C3%A3s-venezuelanas-ind%C3%ADgenas-Warao>. Acesso em: 21 maio 2026.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes: população indígena venezuelana em Boa Vista (RR) e Manaus (AM).** Brasília: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2023/06/Diagnosticos-para-a-promocao-da-autonomia-e-integracao-local-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-populacao-indigena-venezuelana-em-Boa-Vista-e-Manaus.pdf>. Acesso em: 21 maio 2026.

ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. **Os Warao no Brasil:** contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes / organização Marlise Rosa, Gabriel Tardelli, Sebastian Roa *et al.* -- 2. ed. -- Brasília, DF : Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/sites/br/files/legacy-pdf/WEB-Os-Warao-no-Brasil-V2.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2025.

AL LAHHAM, NourAllah *et al.* Refugee housing access through urban studies and strategic digital city context. **Urban Science**, Basel, v. 10, n. 1, p. 24, 2026. DOI: <https://doi.org/10.3390/urbansci10010024>. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c84e/ad716dc9b34a786f8cad968353303479137b.pdf>. Acesso em: 22 maio 2026.

ANDRADE, Fabiana Lima Agapejev de. **A “prática de pedir” do povo Warao e o envolvimento de crianças: a polarização entre legislação e o saber local.** 2021. 15 f. Artigo (Pós-graduação) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://nadir.fflch.usp.br/sites/nadir.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Paper%20-%20Fabiana%20Lima%20Agapejev%20de%20Andrade.pdf>. Acesso em: 19 maio 2026.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu; MACIEL, Pedro Costa. As lógicas Warao e “ocidental” em confronto: a construção de políticas públicas de atenção a refugiados em contexto de interculturalidade no estado do Maranhão. *Em:* LIMA, Carmen Lúcia Silva; CIRINO, Carlos Alberto Marinho; MUÑOZ, Jenny González (org.). **Yakera, Ka Ubanoko:** o dinamismo da

etnicidade *Warao*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, 2020. p. 193–218. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/55/58/171>. Acesso em: 6 jan. 2025.

BARBOSA, Raoni Borges; LIMA, Carmen Lúcia Silva; SILVA, Eliane Anselmo da. A questão *Warao* no contexto diaspórico brasileiro. **Conexão Política**, Teresina, v. 13, n. 1, p. 131–159, 2024. DOI: <https://doi.org/10.26694/2317-3254.rcp.v13i1.6100>. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/6100>. Acesso em: 21 maio 2026.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990**. Brasília: Presidência da República: 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS/2004). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **No Tocantins, Funai discute Plano de Ação Integrado para acolhimento de imigrantes indígenas venezuelanos**. Brasília: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/no-tocantins-funai-discute-plano-de-acao-integrado-para-acolhimento-de-imigrantes-indigenas-venezuelanos>. Acesso em: 23 maio 2026.

CRUZ, Agnes Maria Lima *et al.* Desafios à integração laboral dos venezuelanos *Warao* na cidade de Teresina/PI. **Revista ft**, Teresina, v. 30, n. 154, p. 05–06, 2026. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/cl10202601221305>. Disponível em: <https://revistaft.com.br/desafios-a-integracao-laboral-dos-venezuelanos-Warao-na-cidade-de-teresina-pi/>. Acesso em: 21 maio 2026.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro Antonio. Los *Warao* como desplazados urbanos en Venezuela y Brasil. **Revista Entre Rios**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 89–101, 2020. DOI: <https://doi.org/10.26694/rer.v3i02.10570>. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/entrierios/article/view/5200>. Acesso em: 22 maio 2026.

GUERRA, Lucas D. O ‘problema’ dos povos indígenas refugiados e migrantes e suas ‘soluções’: formas de categorização e intervenção sobre os povos indígenas em trânsito da Venezuela para o Brasil. **Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 13, n. 25, p. 31–57, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v13i25.17267>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/17267>. Acesso em: 19 maio 2026.

JEZUS, Sonia Vivian de *et al.* Local action plan to promote access to the health system by indigenous Venezuelans from the *Warao* ethnic group in Manaus, Brazil: Analysis of the plan’s development, experiences, and impact through a mixed-methods study (2020). **PLoS ONE**, San Francisco, v. 16, n. 11, p. e0259189, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0259189>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8592448/>. Acesso em: 20 maio 2026.

LIMA, Ana Flávia Silva *et al.* Nursing care for the *Warao* people: an experience report based on transcultural theory. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 57, p. e20230035, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0035en>. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10776090/>. Acesso em: 20 maio 2026.

MARÉCHAL, Clémentine; VELHO, Augusto Leal de Britto; RODRIGUES, Milena Weber. Entre

o abandono e a tutela: os *Warao* e a rede de assistência social em Porto Alegre. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 179–179, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-6524.120835>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/120835>. Acesso em: 21 maio 2026.

MENESES, Daura Carolina de Campos. **Necessidades sociais e os migrantes indígenas Warao residentes no Distrito Federal, Brasil**. 2024. 145 f. Dissertação (mestrado). Universidade de Brasília. Brasília. 2024. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/51126>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MPT. Ministério Público do Trabalho no Pará e no Amapá. **Marabá cria comitê intersetorial para acolhimento de índios Warao - MPT-PA**. Belém: Ministério Público do Trabalho no Pará e no Amapá, 2021. Disponível em: https://www.prt8.mpt.mp.br/procuradorias/ptm-maraba/859-maraba-cria-comite-intersetorial-para-acolhimento-de-indios-Warao?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23 maio 2026.

NOGUEIRA, Dassuem Reis. Abrindo caminhos no Brasil: a mobilidade *Warao* em Manaus, Amazonas, e Belém, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 18, p. e20220080, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2022-0080>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/bkkBrmMZsy6Y74cZ3ZwMwnz/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2026.

OIM. Organização Internacional de migrações. **OIM apoia Cáritas Arquidiocesana de Brasília nas suas ações voltadas para indígenas Warao**. Brasília: Organização Internacional de migrações, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/124315-oim-apoia-c%C3%A1ritas-arquidiocesana-de-bras%C3%ADlia-nas-suas-a%C3%A7%C3%B5es-voltadas-para-ind%C3%ADgenas-Warao>, <https://brasil.un.org/pt-br/124315-oim-apoia-c%C3%A1ritas-arquidiocesana-de-bras%C3%ADlia-nas-suas-a%C3%A7%C3%B5es-voltadas-para-ind%C3%ADgenas-Warao>. Acesso em: 16 out. 2024.

OIM. Organização Internacional de migrações. **OIM apoia formação para profissionais da saúde sobre população indígena Warao**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/169434-oim-apoia-forma%C3%A7%C3%A3o-para-profissionais-da-sa%C3%BAde-sobre-popula%C3%A7%C3%A3o-ind%C3%ADgena-Warao>. Acesso em: 23 maio 2026.

OLIVEIRA, Caio Ribeiro de *et al.* Indígenas *Warao* no Brasil: migração e vivência. **Travessia - revista do migrante**, São Paulo, v. 1, n. 100, 2024. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1372>. Acesso em: 6 jan. 2025.

ONU BRASIL. Organização das Nações Unidas. **Coronavírus ameaça indígenas venezuelanos que buscam segurança no Brasil**. Brasília: Organização das Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85817-coronav%C3%ADrus-amea%C3%A7a-ind%C3%ADgenas-venezuelanos-que-buscam-seguran%C3%A7a-no-brasil>. Acesso em: 3 fev. 2026.

REIS, Carolina Dos *et al.* O direito à moradia e as fronteiras entre a cidadania e os processos de

marginalização social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 74, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp-2022v74.19701>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672022000100307&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 maio 2026.

ROSA, Marlise. **A mobilidade Warao no Brasil e os modos de gestão de uma população em trânsito**: reflexões a partir das experiências de Manaus-AM e de Belém-PA. Rio de Janeiro: E-papers, 2021. Disponível em: <https://laced.etc.br/wp-content/uploads/2022/01/Marlise.pdf>. Acesso em: 20 maio 2026.

SALES, Ana Gabriella Mendonça. **O espaço comercial como agente promocional da produção artesanal local em Uberlândia (MG)**. 2026. 83 f. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36398>. Acesso em: 10 jun. 2026.

SANTOS, Luara Dias dos. **O acolhimento local de crianças indígenas refugiadas no Brasil: um estudo de caso sobre a inserção de indígenas Warao no sistema de educação básica da cidade de Uberlândia - MG**. 2023. 95 f. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41173>. Acesso em: 27 mar. 2025.

SEMCAT. Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho. **Ananindeua cria comitê intersetorial para acolher, proteger e dar apoio aos imigrantes venezuelanos**. Ananindeua: Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho, 2022. Disponível em: <https://www.ananindeua.pa.gov.br/semcats/noticia/475/anandindeua-cria-comite-intersectorial-para-acolher-protger-e-dar-apoio-aos-imigrantes-venezuelanos>. Acesso em: 23 maio 2026.

SILVA, Leticia Felix da. **Global e local no acolhimento de refugiados indígenas: um estudo sobre o trabalho da ONG TAARE com os indígenas Warao na cidade de Uberlândia (MG)**. 2026. 107 f. Monografia (Graduação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/37804>. Acesso em: 19 maio 2026.

SOUZA, Júlia Henriques. Janokos brasileiros: uma análise da imigração dos Warao para o Brasil. **Boletim Científico ESMPU, Brasília**, volume 17, número 52, página 71–99, 2018.

PARENTE, Carolina. Secretaria da Proteção Social. **Indígenas Warao apresentam seu artesanato e fazem teste de habilidade na CeArt**. Ceará: Secretaria da Proteção Social, 2024. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2024/06/14/indigenas-Warao-apresentam-seu-artesanato-e-fazem-teste-de-habilidade-na-ceart/>. Acesso em: 21 maio 2026.

VENEZUELA. **Ley Orgánica para la Protección de Niños, Niñas y Adolescentes (LOPNNA)**. Caracas: 2007. Disponível em: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/bdnp/582/ley-58592007-ley-organica-proteccion-ninos-ninas-adolescentes>. Acesso em: 20 maio 2026.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, Pelotas, v. 5, n. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/rfdp.v5i1.15002>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em: 22 maio

2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu alcançar o objetivo proposto, ao localizar a população indígena venezuelana da etnia *Warao* no Brasil, analisar sua distribuição territorial, identificar as ações intersetoriais desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho Warao e compreender os desafios relacionados ao atendimento dessa população. A utilização de métodos mistos possibilitou a articulação de dados quantitativos e qualitativos, contribuindo para uma compreensão mais ampla do fenômeno investigado.

Do ponto de vista científico, o estudo reúne evidências sobre a migração dos indígenas Warao no contexto brasileiro e contribui para ampliar o conhecimento sobre uma temática ainda pouco explorada na literatura nacional. Espera-se que os resultados possam subsidiar futuras pesquisas e fomentar discussões sobre o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas à população indígena migrante.

No âmbito profissional e pessoal, a realização desta pesquisa proporcionou o aprofundamento de conhecimentos relacionados à migração internacional, à saúde coletiva e à atuação intersetorial, contribuindo para minha formação como pesquisadora e para o exercício da prática profissional no serviço público.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Abertura (aquecimento) tempo previsto de 10 minutos

- Peço licença para a Leitura do Termo de Confidencialidade TCLE
- Informar sobre o projeto devidamente autorizado pelo CEP
- Enviar este termo para assinar digitalmente ou prefere que eu leve o documento para assinar presencialmente

Abordagem do tema (propriamente dito)

Bloco 1 (aproximadamente 10 minutos)

- Visão e conhecimento dos participantes sobre os *Warao*

- 1.1 Como soube da presença dos *WARAOS* em Uberlândia?
- 1.2 Você pode me descrever como vocês localizam e abordam os *Warao* em Uberlândia?
- 1.3 Quais as principais dificuldades nas abordagens e continuidade das ações com os *Warao*?
- 1.4 Quais as principais demandas sociais e culturais dos *Warao* em Uberlândia?

Bloco 2 (aproximadamente 10 minutos)

- Atividades realizadas pelo GT

- 2.1 Nas atividades desenvolvidas pelo GT e diante das barreiras linguísticas, como é a abordagem e a participação com os *Warao*? Você poderia me descrever?
- 2.2 Como vocês identificam as principais fragilidades do Grupo?
- 2.3 Você pode me descrever quais órgãos e estratégias vocês utilizam para atuar nas necessidades dos *Warao*? *Lembra de articulações com outras instituições? Como foi? Porque?*

Bloco 3 (aproximadamente 10 minutos)

- Práticas/ações realizadas em relação aos *Warao*

- 3.1 Quais ações você já presenciou para suprir as demandas dos *Warao*?
- 3.2 Como você avalia a recepção dos *Warao* frente às ações realizadas com eles?
- 3.3 Se você pudesse sugerir alguma modificação nas ações realizadas com os *Warao*, no sentido de

melhorá-las ou de superar alguma dificuldade ou fragilidade, o que poderia sugerir?

3.4 Atualmente, como está a relação da sua instituição com os *Waraos*?

Fechamento/encerramento da entrevista (aproximadamente 05 minutos)

- Espaço para comentários e perguntas.

Pedir nome, email das indicações de outras instituições.

- Agradecimento.